

TAVIRAVERDE

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE E.M.

Relatório e Contas 2017





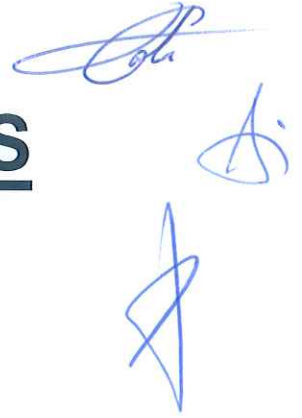
Índice



Órgãos Sociais	1
Relatório de Gestão	2
1. Estrutura de capital	3
2. Objetivo, Missão, Visão e Política	3
3. Enquadramento do ano	5
4. Caracterização de Clientes	7
5. O plano de atividades	8
6. Águas de Abastecimento	15
6.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento	15
6.2. Controlo da Qualidade de Água	16
6.3. Zonas de Medição e Controlo (ZMC)	18
6.4. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EAAA)	19
7. Saneamento	20
7.1. Controlo da qualidade dos efluentes	20
7.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)	21
7.3. Diminuição das infiltrações nas redes	21
8. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana	23
8.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores	24
8.2. Recolha Porta-a-Porta ao comércio local	25
9. Jardins	27
9.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins	27
9.2. Praga das palmeiras em Portugal	27
9.3. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos	27
10. Limpeza de Praias	28
11. Limpeza Urbana	29
12. Sistema de Gestão da Qualidade	30
12.1. Auditorias Externas e Internas	30
12.2. Ações de Melhoria	31
12.3. Reclamações e Sugestões de Clientes	32
12.4. Avaliação da Satisfação dos Clientes	33
12.5. Avaliação de Fornecedores	33
13. Atividades de Educação Ambiental	33
14. Litígios e Contingências	36
15. Recursos Humanos	37
16. Investimento	41
O rácio de rotação do ativo tem subido ao longo do tempo o que significa uma melhor eficiência no aproveitamento dos ativos da empresa	42
17. Situação económica ou financeira	42
18. Perspetivas futuras	47
19. Proposta de aplicação de resultados	48
20. Agradecimentos	48
Demonstrações Financeiras	50
Anexo	58
1. Identificação da entidade	58
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	58

3. Principais políticas contabilísticas	59
4. Fluxos de Caixa	64
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	64
6. Partes Relacionadas	65
7. Ativos Intangíveis	67
8. Ativos Fixos Tangíveis	68
9. Locações	70
10. Custos de empréstimos obtidos	71
11. Inventários	71
12. Rédito	73
13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	74
14. Subsídios do Governo e apoios do Governo	74
15. Acontecimentos após a data do balanço	75
16. Imposto sobre o rendimento	76
17. Instrumentos financeiros	78
18. Divulgações exigidas por diplomas legais	83
19. Outras informações	84
Relatório e Parecer do Fiscal Único	87

ÓRGÃOS SOCIAIS



Assembleia Geral

Presidente:

João Carlos de Almeida Vidal

Secretário:

Maria Virgínia Dias Chaves Ramos Cabrita Silva

Conselho de Administração

Presidente:

Jaime Luís Fernandes Costa

Vogais:

António Manuel Dias Chaves Ramos

João Pedro da Conceição Rodrigues

Revisor Oficial de Contas

Sociedade:

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por João Miguel Pinto Galvão

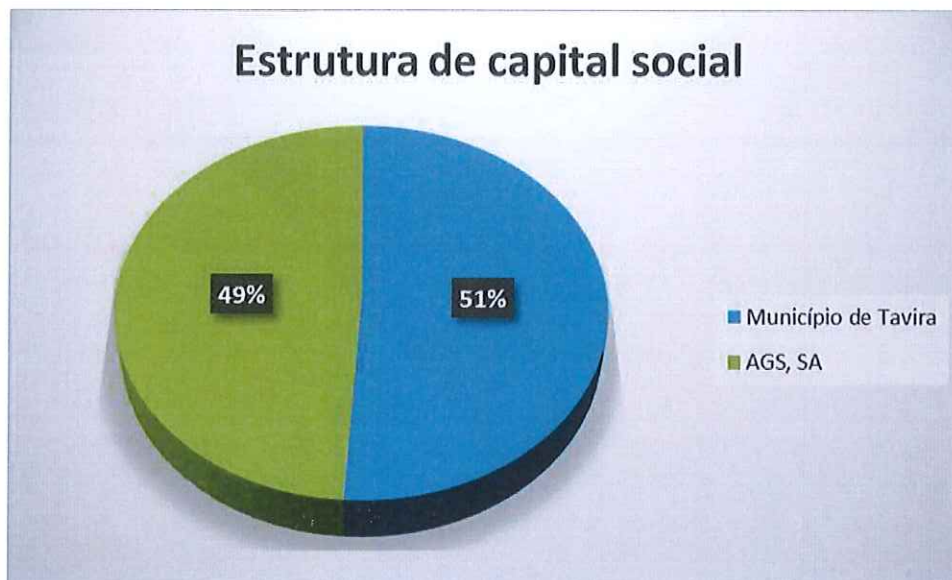
Suplente: José Luís Guerreiro Nunes



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Estrutura de capital

A 31 de dezembro de 2017 o capital social da Taviraverde era 50.000,00€ integralmente detido pelos seguintes acionistas:



O capital encontra-se dividido em 10 000 ações de valor nominal de 5,00€ cada, sendo 5100 ações pertencentes ao Município de Tavira e 4900 ações pertencentes à AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA.

2. Objetivo, Missão, Visão e Política

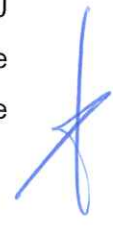
Objeto

A TAVIRAVERDE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, EM iniciou a sua atividade em março de 2005, tendo como principal objeto: I) gestão, exploração, manutenção e conservação dos sistemas públicos de distribuição de água para consumo público; II) recolha e rejeição de águas residuais domésticas; III) recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos; IV) higiene e limpeza pública; V) manutenção, construção e gestão de espaços verdes, bem como outras prestações de serviços referentes à promoção da qualidade ambiental na área do município de Tavira.



✿ Missão

Satisfazer as necessidades de abastecimento de água, de recolha de águas residuais e de RSU da população do município de Tavira, 365 dias por ano, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, bem como proporcionar espaços verdes de qualidade.



✿ Visão

Tendo consciência de que os nossos serviços são prestados em regime de monopólio e que são fundamentais para a qualidade de vida da população e visitantes do concelho de Tavira, temos como desígnio, através da adoção das melhores práticas, mais seguras e ambientalmente adequadas e com o envolvimento de todos os colaboradores e clientes, ser uma empresa com responsabilidades e objetivos claros, de referência na sua área de atuação pelo nível de qualidade dos serviços prestados e do atendimento.

✿ Política da qualidade

A Taviraverde adotou uma estratégia organizacional assente no desenvolvimento sustentável da atividade e dos recursos que lhe são inerentes, permitindo o alcançar dos objetivos empresariais orientados para a satisfação dos clientes, acionistas e outras partes interessadas e na valorização e realização profissional dos colaboradores.

Assim, foram estabelecidos como fatores de sucesso:

- Cumprimento dos requisitos dos clientes, legais e estatutários, normativos aplicáveis, plano de negócios e outros que a empresa subscreva;
- Dotar a empresa de infraestruturas e meios tecnológicos adequados ao desenvolvimento da atividade que possibilitem minimizar alterações ao quotidiano dos munícipes e empresas da área de intervenção da Organização;
- Desenvolvimento da atividade tendo por base uma atitude proactiva na procura e adoção das melhores práticas e consequentemente a melhoria contínua do sistema de gestão da empresa;
- Focalização no desenvolvimento das competências individuais e no trabalho em equipa para permitir, ao conjunto, atingir níveis elevados de desempenho;
- Alcançar os resultados de exploração previstos no plano de negócios de modo a garantir a taxa de rentabilidade do projeto;
- Sensibilizar e trabalhar preferencialmente com fornecedores que atribuam importância às boas práticas de um sistema de gestão;
- Divulgar e promover a compreensão da Política da Qualidade a todas as partes interessadas.

3. Enquadramento do ano

No ano de 2017, e à semelhança dos anos anteriores, foram cumpridos a quase totalidade dos objetivos operacionais do Plano de Atividades e do Orçamento. Podemos salientar os seguintes fatores como os mais influentes:

- Por razões alheias à empresa, a Câmara Municipal de Tavira decidiu adiar a aprovação e celebração do contrato programa para Limpeza Urbana para 2018.
- A utilização das lagoas de tratamento de águas residuais para armazenamento dos caudais pluviais afluentes à rede de saneamento continuou durante 2017. Foram aferidos os níveis de esgoto no coletor que origina a abertura da válvula para as lagoas.
- Foi aprovada uma candidatura ao POSEUR, no valor aproximado de 1.600.000 €, para realização de complementos de redes de abastecimento de água.
- No final de 2017, foi proferida sentença na qual o Tribunal veio a julgar parcialmente procedente o pedido da Autora Águas do Algarve. Nesta decisão, o Tribunal procedeu à correção das faturas emitidas pela entidade - Águas do Algarve, resultando assim numa condenação no pagamento do valor de 1.332.205,03€, mas a mesma encontra-se suspensa por efeito de recurso interposto e admitido. Esta condenação originou a necessidade de um reforço de 582.981,41€ na provisão respetiva e diminuição igual no resultado do ano.
- No âmbito do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (PGPI) da Taviraverde, foi concluído o documento Plano Tático de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (2016-2018).
- Foi concluído o programa de Gestão de Perdas e Energia (PGPE), tendo sido produzido o documento Plano Global do PGPE. No âmbito do PGPE foi efetuada uma abordagem integrada à água e energia, foi efetuada a integração e alinhamento do PGPE com a Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) nos níveis táticos e operacionais, procedeu-se à melhoria na estimativa das parcelas de perdas reais e aparentes do Balanço Hídrico, foi utilizada uma metodologia para o cálculo do balanço energético e de novas métricas de energia, foi definido um plano de ação e foi aumentada a fiabilidade dos dados e da gestão da informação.

O quadro seguinte mostra a evolução dos consumos em valores absolutos e percentuais. Confirmou-se a tendência de aumento nos consumos médios geral e doméstico.

ANO	CONSUMOS MÉDIOS (m ³ /mês)			
	TIPOS		Variação Anual	
	CLIENTES	DOMÉSTICOS	CLIENTES	DOMÉSTICOS
2006	9,36	7,20	2,56%	-9,72%
2007	9,60	6,50		
2008	9,40	6,36	-2,08%	-2,15%
2009	9,27	6,23	-1,38%	-2,04%
2010	8,28	5,90	-10,64%	-5,27%
2011	7,84	5,77	-5,35%	-2,23%
2012	7,56	5,40	-3,63%	-6,33%
2013	6,79	5,36	-10,19%	-0,90%
2014	7,39	5,26	8,87%	-1,73%
2015	7,42	5,28	0,43%	0,35%
2016	7,56	5,40	1,83%	2,32%
2017	7,90	5,52	4,54%	2,07%

As receitas totais foram de 11.061.201 €, a EBITDA foi 1.348.089 € e o resultado antes de impostos foi de 649.860 €.

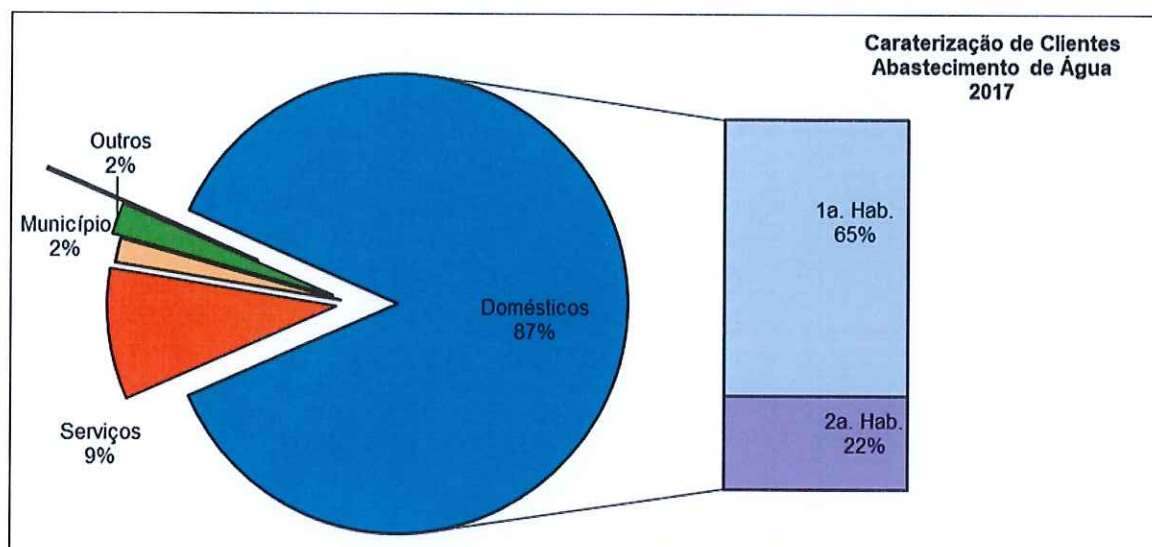
A atualização do tarifário, no valor de 1,60%, está de acordo com a taxa recomendada pela Entidade Reguladora Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Os indicadores de Acessibilidade Económica de cada um dos serviços, calculados de acordo com a ERSAR, continuam com a classificação de BONS, com os valores de 0,45%, 0,42%, e 0,43% respetivamente para o abastecimento da água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), (esclarece-se que os indicadores de acessibilidade económica do serviço são calculados com base na percentagem do custo de um consumo doméstico médio (10m³/mês) sobre o rendimento médio familiar anual no Concelho, classificando-se de 0 a 0,50% como boa, de 0,50% a 1,0% como mediana e superior a 1,0% como insatisfatória).

No que respeita aos contratos de gestão (contrato de gestão para a manutenção de espaços verdes públicos do concelho de Tavira e contrato de gestão para limpeza de praias), celebrados com o Município, verificou-se que os mesmos continuam a ser cumpridos.

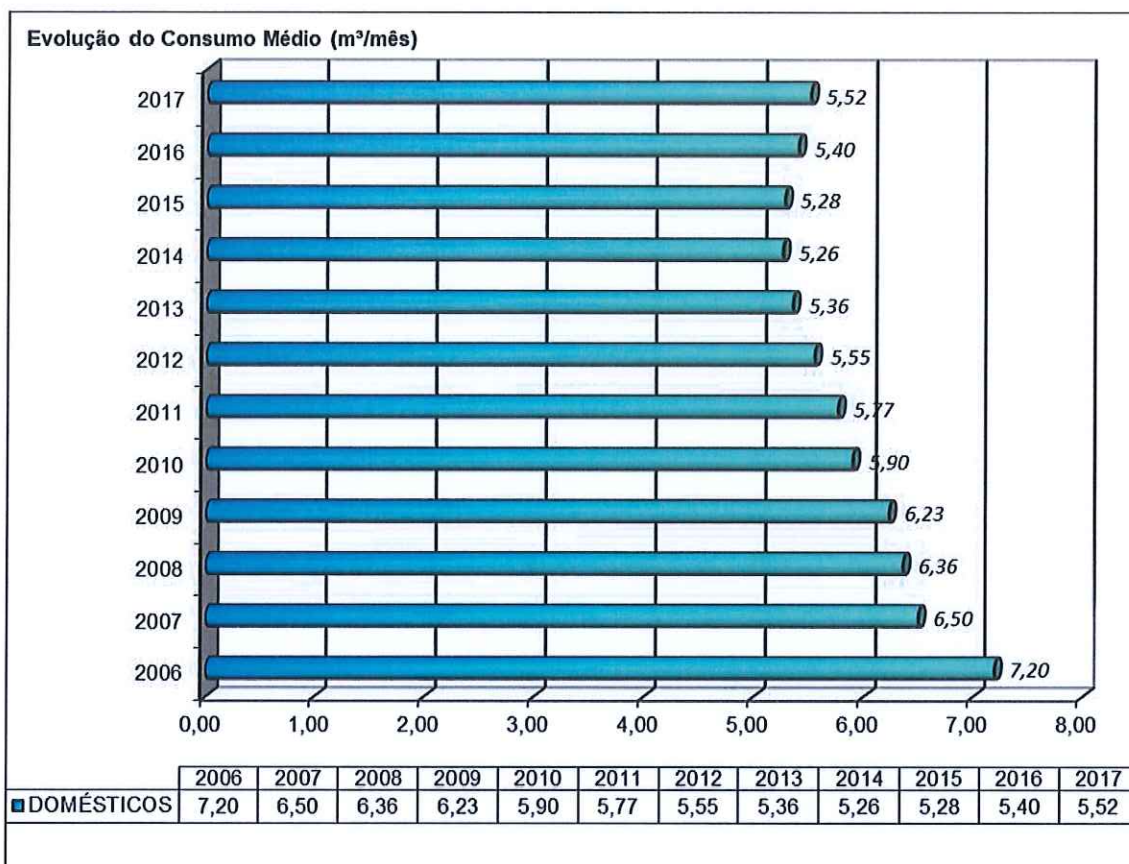
4. Caracterização de Clientes

A caracterização dos clientes da Taviraverde no ano de 2017 é a que se indica no quadro seguinte:

CARACTERIZAÇÃO DE CLIENTES	2016			2017		
	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	22 136	1 940 286		22 429	2 125 944	
CLIENTES DOMÉSTICOS	19 236	1 196 511	88%	19 463	1 288 362	88%
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2 436	584 042		2 443	642 877	
OUTROS	428	153 419		483	181 778	
PRÓPRIOS	36	6 314		40	12 927	
ÁGUAS RESIDUAIS	19 805	1 459 980		20 105	1 606 720	
CLIENTES DOMÉSTICOS	17 701	1 052 065	81%	17 958	1 155 110	81%
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	1 993	358 516		2 008	397 672	
OUTROS	111	49 399		139	53 938	
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (T)	15.943 (Ton)		97%	DRLJ (Ton)		97%



Os consumos médios, dos clientes domésticos, tiveram um ligeiro aumento como indicado no gráfico seguinte:



5.O plano de atividades

O plano de atividades da empresa no ano de 2017 foi delineado de acordo com os Objetivos Gerais descritos no quadro seguinte.

O quadro descreve o resultado final da atividade obtido através da monitorização periódica do Plano definido. A taxa de cumprimento dos objetivos definidos foi de 89%, tendo os desvios sido analisados e tratados em reuniões mensais de coordenação.

A. Abastecimento de Água

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Ind	Indicador	Meta	Resultado 2017	Situação
Redução das perdas de água	Controlo de perdas de água	1.1.1	Perdas de Água Totais na Rede - em percentagem	≤17%	16,9%	OK
	Controlo da selagem de contadores	1.4.1	Acompanhamento ao plano de selagem de contadores	0	0	OK
Melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores de gestão e produtividade	Controlo da qualidade da água de abastecimento	2.1.1	Taxa de cumprimento dos valores paramétricos de análises obrigatórias - PCQA	≥99%	100%	OK
	Controlo da qualidade da água de abastecimento	2.1.2	Taxa de cumprimento dos valores paramétricos do Controlo Operacional	≥95%	99,6%	OK
	Controlo da qualidade da água de abastecimento	2.1.3	Taxa de cumprimento da frequência de análises do PCQA	100%	100%	OK
	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	2.2.1	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para execução de ramais	2.3.1	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 6 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para colocação de contadores	2.4.1	Taxa de contadores instalados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para desligação de contadores	2.5.1	Taxa de contadores desligados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	99,8%	OK
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das Estações Elevatórias Águas Abastecimento (EEAA)	2.6.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	100%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETA e EEAA	2.7.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETA e EEAA	≥90%	100%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos - Válvulas AA	2.8.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥98%	100%	OK
Caracterização das instalações - ETA e EEAA	2.9.1	Elaboração das fichas de caracterização de instalações (ETA e EEAA)	≥2 Instalações	100%	OK	

B. Saneamento de Águas Residuais

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Ind	Indicador	Meta	Resultado 2017	Situação
Melhoria da qualidade do serviço, cumprimento das disposições legais e dos indicadores de gestão e produtividade de ETAR e EEAR	Controlo da qualidade dos efluentes	3.1.1	Taxa de análises laboratoriais conformes com as Licenças de Descarga - ETARs TOTAL	≥95%	100%	OK
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das EEAR	3.2.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	100%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETAR e EEAR	3.3.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETAR e EEAR	≥90%	100%	OK
	Caracterização das instalações (ETAR e EEAR)	3.4.1	Elaboração das fichas de caracterização de instalações (ETAR e EEAR)	≥12 instalações	100%	OK
	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	3.5.1	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para execução de ramais	3.6.1	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 7 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo de reposição de pavimentos (aplicável a águas de abastecimento e águas residuais)	3.7.1	Taxa de pavimentos repostos dentro do prazo de 10 dias úteis após intervenções	≥95%	100%	OK
	Controlo de qualidade da reposição de pavimentos	3.8.1	Taxa de pavimentos conformes	≥95%	100%	OK
Eliminação das infiltrações nas redes de águas residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	4.1.1	Taxa de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total faturado na área de influência (%)	≤100%	108,8%	NOK
		4.1.2	Quantidade de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total faturado na área de influência - em volume	≤0m ³	137.319	NOK
	Controlo sistemático de redes de saneamento	4.2.1	Cumprimento do programa de monitorização ao estado das redes e caixas de visita	≥95%	100%	OK
	Controlo sistemático de redes de saneamento	4.3.1	Taxa de execução da reabilitação de caixas de visita programadas	≥95%	100%	OK

C. Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Ind	Indicador	Meta	Resultado 2017	Situação
Melhoria da qualidade do serviço, dos indicadores de gestão e da produtividade	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos	5.1.1	Taxa de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	100%	OK
		5.1.2	Taxa de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%	101,2%	OK
		5.1.3	Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%	112,2%	OK
		5.1.4	Taxa de execução dos circuitos de substituição de contentores lavados	≥90%	116,4%	OK
		5.1.5	Taxa de execução dos circuitos de monos e verdes	≥90%	119,0%	OK
		5.1.6	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de recolha de RSU	≥90%	100%	OK
		5.1.7	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de limpeza urbana	≥90%	100%	OK
		5.1.8	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de varredura mecânica	≥90%	100%	OK
		5.1.9	Conformidade de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	100%	OK
		5.1.10	Conformidade de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%	96,3%	OK
		5.1.11	Conformidade de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%	100%	OK
	Controlo dos pedidos de recolha de Monos e Verdes	5.2.1	Taxa de pedidos de clientes relativamente ao total recolhido	≥13%	26,1%	OK
	Lavagem de Contentores de Superfície	5.3.1	Frequência de lavagem de contentores	≥7,5 a ≤24	7,8	OK
	Controlo da recolha de recicláveis totais (ALGAR e Taviraverde)	5.4.1	Taxa de recolha de recicláveis (no total) relativamente ao total dos resíduos não recicláveis entregues à ALGAR	≥17%	18,7%	OK
		5.4.2	Aumento da recolha de recicláveis (no total) relativamente ao ano anterior	Sem meta	29,7%	-
Diminuição da quantidade de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	5.5.1	Taxa de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	Sem meta	106,9%	-	
Controlo de produção de resíduos	5.6.1	Rácio de produção de resíduos por volume faturado	≤10,5	9,2%	OK	

D. Jardins

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Ind	Indicador	Meta	2017	Situação
Controlo de execução dos serviços	Monitorização das manutenções de espaços verdes	6.1.1	Conformidade do serviço de acordo com os indicadores de avaliação definidos no contrato-programa	≥95%	98,2%	OK
Controlo de execução dos serviços	Monitorização das manutenções de sistemas de rega	6.2.1	Cumprimento do programa de manutenção de sistemas de rega	≥98%	100%	OK

E. Geral

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Ind	Indicador	Meta	Resultado 2017	Situação
Melhoria das condições de funcionamento e operacionalidade	Leitura de contadores mensal	7.1.1	Nº de contadores não lidos mensalmente	≤100	63	OK
	Atividade de fiscalização de águas e resíduos	7.2.1	Taxa de cumprimento do programa de fiscalização	≈100%	100%	OK
		7.2.2	Taxa de anomalias detetadas pela fiscalização que foram alvo de notificação ao infrator	≈100%	100%	OK
	Compilação atempada dos indicadores de desempenho	7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DQS	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DJ	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DME	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DC	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DAF	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DPO	≥95%	98,0%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DOR	≥95%	100%	OK
7.3.1		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DRLJ	≥95%	91,8%	NOK	
Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	Prazo de realização de cortes de fornecimento de água	8.1.1	Taxa de cortes efetuados dentro do prazo de 30 dias após emissão de listagem de cortes	≥97%	97%	OK

E. Geral

		8.1.2	Cálculo mensal da taxa de restabelecimentos realizados	≤1 Não conformidade	0	OK
	Diminuição do nº de processos de cobrança duvidosa	8.2.1	Taxa de cobrança efetiva dos valores em dívida (inclui a dívida não vencida)	≥98%	99,5%	OK
		8.2.2	Taxa de cobrança efetiva no prazo normal em valor	≥88%	92,7%	OK
	Eficácia dos processos de cobrança duvidosa	8.3.1	Taxa de cobrança efetiva dos processos de injunção em valor	≥65%	69,3%	OK
		8.3.2	Taxa de cobrança efetiva dos processos de injunção em nº de processos	≥55%	83,3%	OK
		8.3.3	Taxa de cobrança efetiva dos processos de cobrança sem injunção (em valor)	≥35%	92,5%	OK
		8.3.4	Taxa de cobrança efetiva dos processos de cobrança sem injunção (em nº de processos)	≥40%	89,6%	OK
	Controlo do prazo médio de recebimentos de clientes	8.4.1	Prazo médio de recebimentos de clientes	≤60 dias	22	OK
Melhoria do nível de satisfação do cliente	Redução do tempo de resposta a reclamações	9.1.1	Taxa de reclamações respondidas dentro do prazo de 10 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Cumprimento dos prazos legais para resposta a reclamações escritas relativas a águas de abastecimento (AA), águas residuais (AR) e resíduos sólidos (RS) (de acordo com especificações da ERSAR)	9.2.1	Taxa de reclamações escritas relativas a AA respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%	OK
		9.2.2	Taxa de reclamações escritas relativas a AR respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%	OK
		9.2.3	Taxa de reclamações escritas relativas a RS respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%	OK
	Aumento dos clientes ativos com registo de contacto	9.3.1	Nº de clientes ativos com registo de e-mail	≥9000	10417	OK
	Aumento dos clientes ativos com registo de contacto	9.3.2	Nº de clientes ativos com registo de contacto telefónico	≥14.500	17273	OK
Higiene e Segurança no Trabalho	Controlo do cumprimento das normas de segurança (uso de EPI's, EPC, outras)	10.1.1	Nº de NC sobre as normas de segurança implementadas	≤10	29	NOK
	Controlo do uso de fardamento	10.2.1	Nº de NC de uso de fardamento	≤10	6	OK
	Limpeza e arrumação dos locais de trabalho	10.3.1	Nº de NC de falta de limpeza e arrumação para cada espaço	≤10	41	NOK
	Controlo de Acidentes de Trabalho	10.4.1	Índice de Frequência (avalia a frequência com que os AT ocorrem)	<20 (classificação OMS: mto bom)	39	NOK
		10.4.2	Índice de Gravidade (avalia a gravidade dos AT ocorridos em termos de dias de trabalho perdidos)	<0,5 (classificação OMS: mto bom)	2,0	NOK

E. Geral

		10.4.3	Controlo do nº de dias não trabalhados por AT relativamente ao ano anterior	Sem meta	35,7%	-
Gestão de Recursos Humanos	Realização das Ações de Formação Preconizadas	11.1.1	Cumprimento da taxa mínima legal de formação	≥10%	24,1%	OK
		11.1.2	Taxa de cumprimento do Plano de Formação	≥95%	87,8%	NOK
	Absentismo	11.2.1	Taxa de Absentismo	s/ meta	5,6%	-
		11.2.2	Taxa de Absentismo sem baixas prolongadas	s/ meta	3,1%	-
		11.2.3	Taxa específica por incapacidade (de curta ou longa duração) devida a doença e acidente	s/ meta	4,8%	-
	Controlo de Horas Extraordinárias	11.3.1	Taxa de cumprimento do plano anual de horas extraordinárias	≤100%	78,5%	OK
		11.3.2	Nº de colaboradores que excederam o limite legal de horas extraordinárias	0	0	OK
		11.3.3	Controlo das horas extraordinárias efetuadas na globalidade	≤100%	149,1%	NOK
	Gestão da documentação e dados	Controlar a documentação	12.1.1	Não utilização de documentos sem codificação	0 NC	0
12.1.2			Não utilização de documentos obsoletos	0 NC	0	OK
Acompanhamento do SG	Realização das Auditorias preconizadas	13.1.1	Taxa de cumprimento do Programa Anual de Auditorias	≥75%	100%	OK
	Conclusão do tratamento de NC e OM nos prazos estipulados	13.1.2	Cumprimento do prazo de conclusão das NC e OM	≥75%	96,1%	OK
Acompanhamento a fornecedores e outros credores	Acompanhar o registo do Produto Não Conforme	14.2.1	Registo do Produto Não Conforme	1 NC	0	OK

F. Plano de Obras

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Ind	Indicador	Meta	Resultado 2017	Situação
Cumprimento do plano de obras	Cumprimento das obras e benfeitorias previstas no plano de investimentos anual	15.1.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido (obras em curso)	≥90%	92,4%	OK

6. Águas de Abastecimento

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores deste sector de 2005 a 2017.

ANO	ÁGUAS DE ABASTECIMENTO			
	ÁGUA VENDIDA (m ³)	CUSTO DA ÁGUA VENDIDA (€)	PREÇO MÉDIO DE VENDA (€)	VENDA DE ÁGUA e ALUGUER de CONTADOR (€)
2005	1 820 518	1,37 €	1,07 €	1 936 544 €
2006	1 997 131	1,16 €	1,22 €	2 436 963 €
2007	2 160 158	1,11 €	1,39 €	3 009 284 €
2008	2 167 000	1,24 €	1,35 €	3 304 458 €
2009	2 254 611	1,21 €	1,38 €	3 328 016 €
2010	2 060 683	1,31 €	1,46 €	3 196 648 €
2011	1 957 703	1,36 €	1,39 €	2 716 783 €
2012	1 935 474	1,39 €	1,38 €	2 674 022 €
2013	1 856 608	1,47 €	1,50 €	2 786 088 €
2014	1 890 336	1,38 €	1,59 €	3 016 978 €
2015	1 940 286	1,45 €	1,65 €	3 192 420 €
2016	2 006 970	1,31 €	1,76 €	3 328 776 €
2017	2 125 944	1,35€	1,83€	3 559 233 €

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005, que dizem respeito ao período de março a dezembro.

6.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento

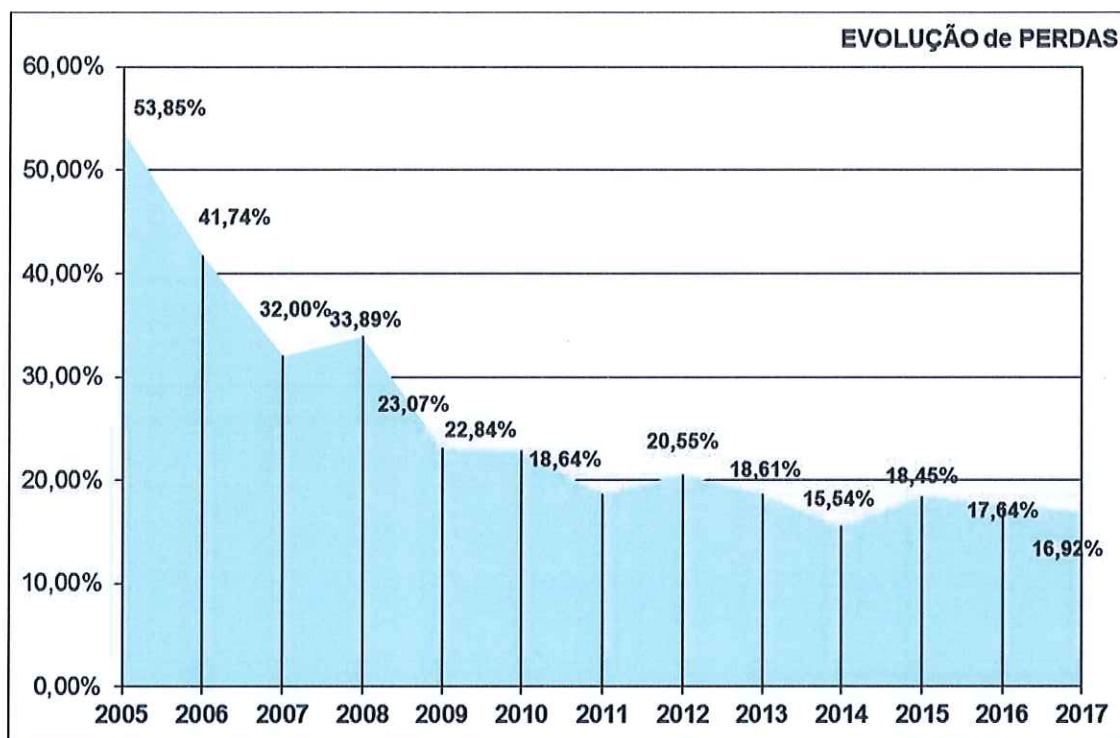
Este programa, iniciado em 2005, é um dos programas operacionais mais relevantes da atividade da empresa.

Consideramos que tem sido um programa com bastante sucesso já que, no ano anterior ao início de atividade da empresa (2004), as perdas tinham sido de 58%.

Em 2017 foi alterada a política de substituição de contadores pela inclusão no processo de escolha dos contadores a substituir as ferramentas disponibilizadas com a conclusão do "Programa de Gestão de Perdas (PGPE)".

O resultado, relativamente a perdas totais, de 2017 foi de 16,92%, cerca de 0,7% menos que em 2016. Em m³, as perdas foram de 435.910 m³ mais 9.455 m³ que no ano passado. A diferença, em m³, deve-se ao aumento de consumo.

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos resultados deste programa:



6.2. Controlo da Qualidade de Água

O sistema de Gestão da Qualidade da Tavraverde garante o controlo de processos e parâmetros nas fases de distribuição da água e de captação e tratamento (onde aplicável).

Para além da água fornecida pela Entidade Gestora (EG) em *alta*, Águas do Algarve, a Tavraverde possui origens próprias (captações subterrâneas) nas zonas de abastecimento não ligadas ao sistema em *alta*. Em todas estas origens foram instalados sistemas de tratamento da água, de forma a garantir a sua qualidade ao consumidor final.

✦ Processo de Monitorização

Anualmente é elaborado um plano de monitorização da qualidade da água, que incide em dois tipos de controlos:

- Controlo legal (Plano de Controlo da Qualidade Água - PCQA), efetuado diretamente na torneira do consumidor, aprovado pelo ERSAR (em cumprimento ao DL306/2007 de 27 de agosto);
- Controlo operacional (Plano de Controlo Operacional - PCO), efetuado às origens de água sujeitas a tratamento.



❖ Controlo legal - PCQA

No ano de 2017, foram realizadas com uma periodicidade semanal, todas as análises agendadas no PCQA), num universo de 120 pontos de colheita distribuídos geograficamente por 9 zonas de abastecimento (8 das quais com origens próprias e 1 fornecida pela EG em *alta*).

No total foram efetuadas 1.118 análises, observando-se 100% de frequência de realização face ao programado.

Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, verificou-se uma taxa de conformidade de 100%, ou seja, não se registou qualquer incumprimento.

Desta forma, regista-se para o indicador da ERSAR, “Água Segura” (percentagem de água controlada e de boa qualidade), uma taxa de realização de 100%.

Refira-se ainda que a Taviraverde foi galardoada pela ERSAR com o *Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano*, relativamente aos resultados de PCQA de 2016; para 2017, dado que cumprimos integralmente os critérios de elegibilidade, seremos novamente galardoados com esta distinção.

❖ Controlo operacional - PCO

O Controlo Operacional foi realizado em todas a Zonas de Abastecimento nomeadamente: Cachopo, Feiteira, Mealha, Relvais, Carrapateira, Faz Fato, Estorninhos, Bengado, Morenos, e também em Zonas cujo abastecimento é fornecido pela EG em *alta*.

Trata-se de um controlo extraordinário e destina-se, fundamentalmente, à verificação da qualidade da água em pontos estratégicos do abastecimento de água, com uma frequência muito mais apertada que o controlo legalmente requerido. Pretende-se acompanhar mensalmente parâmetros críticos, como o cloro, turvação, ferro, manganês, entre outros.

No PCO é feita a monitorização à saída das captações (quando aplicável) e também na rede de abastecimento, o que nos permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a eficiência do tratamento efetuado. Quando se justifica, são realizadas também análises adicionais às várias etapas dos processos de tratamento.

No decurso do ano foram realizadas um total de 6.602 análises (das quais 3.302 correspondem à água tratada, ou seja 50%), distribuídas por cada um dos Controlos Operacionais (CO) com periodicidade mensal, tendo-se verificado 99,6% de conformidade dos valores paramétricos na água tratada.

O programa de controlo da qualidade dos efluentes foi efetuado de acordo com as licenças de descargas das ETARs sob nossa gestão, nomeadamente: Santa Catarina, Bengado, Porto Carvalhoso, Morenos, Feiteira, Mealha, Currais, Carrapateira, Casas de Baixo e Estorninhos.

Das 40 amostragens programadas e efetuadas no decurso do ano, foram analisados 492 parâmetros obrigatórios (100% de frequência) e ainda 51 parâmetros adicionais, num total de 543 análises.

Das análises efetuadas, constata-se que 100% estavam conformes com os limites estabelecidos nas respetivas licenças de descarga, ou seja, não se registou qualquer incumprimento.

Desta forma, regista-se para o indicador da ERSAR, “*Cumprimento das Licenças de Descarga*” (percentagem da população equivalente servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da respetiva licença, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos de limites de descarga), uma taxa de realização de 100%.

6.3. Zonas de Medição e Controlo (ZMC)

Prosseguiu-se em 2017 com a melhoria da qualidade do serviço e a criação de novos pontos de monitorização e controlo, visando uma resposta mais eficaz na pesquisa ativa e controlo de perdas, nomeadamente:

Santa Luzia:

Foi efetuada a interligação dos sistemas de Santa Luzia e Pedras d’El Rei, através do prolongamento da rede de Santa Luzia na extensão aproximada de 80 metros até ao limite da rede das Pedras, onde se incluiu a instalação de um ponto de monitorização com dois medidores de caudal para medição das transferências entre os dois sistemas.

Até então, eram particularmente gravosos os inconvenientes resultantes das falhas ou avarias na adutora de Tavira – Santa Luzia, que implicavam a falha total no abastecimento aquele aglomerado urbano, com a conseqüente entrada de ar nas condutas e turvação generalizada no sistema, após o restabelecimento, situação que melhorou substancialmente.

Foram ainda instalados pontos de monitorização na Rua Comandante Henrique Tenreiro e caminho da Salinas (Sopursal), para vigilância de sectores de Santa Luzia que ainda não estavam a ser monitorizados.

Santa Catarina

Foram instalados medidores de caudal, um à entrada do reservatório de Porto Carvalhoso para despiste de eventuais fugas que venham a ocorrer na elevatória entre Montes e Lagares e o reservatório de Porto Carvalhoso, e um outro na EEA dos Morenos.

Cabanas

Foram instalados quatro novos medidores, um deles localizado na rede do Golden, junto ao antigo reservatório, que facilitará a localização de fugas que surjam naquele sector de Cabanas,

um segundo junto ao antigo reservatório das Pedras da Rainha, para monitorização de uma zona ainda não controlada e que integra a Rua Capitão Jorge Ribeiro e a Quinta Velha, e os restantes na Aldeia Formosa.

Tavira (Cidade):

Foi efetuado o reforço do abastecimento de água a uma zona da cidade delimitada pelas Rua do Óculo e Rua Jorge Corvo, onde se verificavam alguns constrangimentos e falhas no abastecimento durante a época alta, e instalado um novo ponto de monitorização e controlo na Rua do Óculo.

Foi efetuada a interligação entre as redes da Quinta da Barra e Miramar, concretizada através de um prolongamento da rede de distribuição com cerca de 86 metros de extensão, tendo permitido que cerca de 73 clientes da Miramar, que habitam nas zonas mais altas da urbanização e que desde sempre tinham tido problemas relacionados com uma pressão reduzida na rede de distribuição, vissem as condições de abastecimento melhorar substancialmente, prescindindo dos sistemas sobrepessores prediais que até então necessitavam para a elevação da pressão nas suas instalações.

Foi duplicada a capacidade de reserva em Cachopo com a entrada sem serviço de uma nova célula de 20 m³, que veio a melhorar substancialmente a qualidade do serviço, ao tornar o sistema mais estável e muito menos sensível às avarias que por vezes ocorrem nos furos do Moinho e do Polidesportivo e picos de consumo na época alta, que antes conduziam rapidamente ao colapso da única célula até então existente e às consequentes falhas no abastecimento.

No final do ano, o sistema dispunha de um total de 168 pontos de medição, entre caudalímetros e contadores / totalizadores para suporte às atividades de controlo de perdas. Deste conjunto de pontos de medição, 19 estão atualmente associados ao sistema de telegestão PEView da Macraut e 76 a outros sistemas SCADA (PMAC, iLogs, Zeus e S_MONITOR).

6.4. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EEAA)

Em 2017 prosseguiu-se o programa de reabilitação das EEAA - Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento e Reservatórios.

Foi reabilitada a EEAA de Fonte Salgada com substituição do grupo de bombagem por um sistema com velocidade variável, que vai permitir à instalação, adaptar-se às solicitações de consumo com grande variação ao longo do ano. Também foi reabilitada a EEAA de Talefe executando pinturas, algumas reparações ao nível de construção civil e revisão aos equipamentos.

O quadro elétrico do furo da Eta do Bengado foi substituído integralmente visto se encontrar totalmente obsoleto e danificado.

Na EEAA das Laranjeiras existia um único grupo de bombagem que foi substituído por um conjunto de dois grupos e adaptado ao perfil de consumo atual.

A este nível também foram realizadas pinturas de conservação em cinco estações deste tipo.

O furo de reserva TV4 foi reabilitado ao nível da tubagem de captação, fez-se revisão à eletrobomba e a instalação foi pintada e vedada.

Prosseguem os trabalhos de reabilitação do furo de reserva TV5.

7. Saneamento

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector de 2005 a 2017:

ANO	SANEAMENTO						
	CAUDAL TRATADO			CAUDAL COBRADO	CUSTO	PREÇO MÉDIO DE VENDA	RECEITAS TOTAIS
	AdA	Próprios	TOTAL	(M ³)	M ³ COBRADO	(€)	
2005	N/A			1 313 163	0,38 €	0,49 €	646 892 €
2006	1 500 128		1 500 128	1 531 163	0,53 €	0,55 €	844 166 €
2007	506 590	909 956	1 416 546	1 643 548	0,60 €	0,85 €	1 402 966 €
2008	1 062 785	864 924	1 927 709	1 605 261	0,87 €	0,79 €	1 617 015 €
2009	1 232 541	524 388	1 756 929	1 657 754	0,93 €	0,83 €	1 501 598 €
2010	1 544 743	482 766	2 027 509	1 593 027	1,11 €	0,82 €	1 410 598 €
2011	1 264 437	655 833	1 920 270	1 539 385	1,40 €	1,35 €	2 070 843 €
2012	1 527 619	110 513	1 638 132	1 494 114	1,43 €	1,46 €	2 187 788 €
2013	1 511 197	0	1 511 197	1 435 229	1,49 €	1,53 €	2 197 431 €
2014	1 558 360	0	1 558 360	1 432 516	1,75 €	1,54 €	2 219 449 €
2015	1 513 511	0	1 513 511	1 459 980	1,93 €	1,58 €	2 312 106 €
2016	1 572 641	0	1 572 641	1 528 554	1,37 €	1,69 €	2 450 991 €
2017	1 701 326	0	1 701 326	1 606 720	1,36€	1,75€	2 603 298 €

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que diz respeito ao período de março a dezembro.

O preço médio de venda e as receitas totais incluem apenas as tarifas fixas e variáveis.

7.1. Controlo da qualidade dos efluentes

O programa de controlo da qualidade dos efluentes foi efetuado de acordo com as licenças de descargas das ETAR's sob nossa gestão, nomeadamente: Santa Catarina, Bengado, Porto Carvalhoso, Morenos, Feiteira, Mealha, Currais, Carrapateira, Casas de Baixo e Estorninhos.

Das 40 amostragens programadas e efetuadas no decurso do ano, foram analisados 492 parâmetros obrigatórios (100% de frequência) e ainda 51 parâmetros adicionais, num total de 543 análises.

Das análises efetuadas, constata-se que 100% estavam conformes com os limites estabelecidos nas respetivas licenças de descarga.

7.2. **Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)**

Em 2017 foi continuado o programa de reabilitação das EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.

Foi realizada a 2ª fase e finalizada a reabilitação da EEAR de Salinas 1, com instalação do grupo de bombagem no novo poço e com a reposição do conjunto de válvulas. Foi aplicada a comporta de seccionamento entre poços, o quadro elétrico foi reposicionado e foi realizada uma revisão aos componentes internos.

A EEAR de Cabanas foi reabilitada ao nível do poço de bombagem e poço de chegada, com reparação da superfície e fundo do poço eliminando qualquer infiltração que pudesse ocorrer nesses componentes. Foi instalada uma comporta de corte e reposicionado o cesto de gradados. O grupo de eletrobombas e respetiva base de assentamento foram revistos. Foi instalado um caudalímetro contribuindo para o controlo das infiltrações nessa zona. Na vedação foram aplicadas chapas por forma a diminuir o impacto visual junto às esplanadas que se encontram muito juntas a esta instalação.



Foi intervencionada a EEAR de Pedras da Rainha com o desvio de um grupo de bombagem por forma a poder aplicar um cesto de gradados na 2ª entrada desta instalação, também foi aplicado um caudalímetro e foi refeita a caixa de válvulas.

Foram aplicados mais conta-horas em várias instalações por forma a contabilizar o tempo de bombagem e caudal elevado, contribuindo para o programa de controlo de infiltrações.

7.3. **Diminuição das infiltrações nas redes**

No ano de 2017, foi dado seguimento a diversas atividades que vinham a ser desenvolvidas nos anos anteriores, com vista à contínua diminuição das afluências indevidas nas redes de saneamento doméstico, nomeadamente:

- Foram reabilitadas cerca de uma dezena de caixas de visita das redes de saneamento doméstico, que apresentavam um debilitado estado de conservação e com infiltrações de águas existentes nos solos ou águas das marés, nomeadamente nos coletores principais de Tavira;
- Foram desativadas diversas ligações indevidas de sumidouros, sarjetas e coletores de águas pluviais às caixas de visita dos coletores de saneamento doméstico, em Tavira, Santa Luzia e Cabanas;

- 
- Foram efetuadas 11 reparações pontuais nos coletores de saneamento doméstico com infiltrações, em Tavira, Santa Luzia e Conceição;
 - Foram reabilitadas, niveladas com o solo e impermeabilizadas aproximadamente 15 caixas de ramal de saneamento doméstico com infiltrações e efetuada a renovação dos respetivos ramais que ligam aos coletores de saneamento doméstico, em Tavira, Santa Luzia e Conceição;
 - Foram reabilitados 508 metros de coletores de saneamento doméstico que apresentavam infiltrações, nomeadamente em Tavira, Conceição e Morenos.
- 

No que respeita às afluências indevidas de águas das marés, podemos afirmar que os coletores com problemas prementes das zonas baixas da Cidade de Tavira, Santa Luzia, Cabanas e Golden Tavira, foram reabilitados. No entanto, pelo avançado estado de degradação, agravado pelas ações de limpeza e manutenção, será necessária a contínua reabilitação preventiva dos troços de rede em fibrocimento, o qual representa um dos objetivos principais para os próximos anos. A maior percentagem de coletores de saneamento doméstico em fibrocimento localiza-se na margem esquerda da Cidade de Tavira.

Toda a rede de saneamento doméstico na Cidade continua a ser monitorizada em pontos estratégicos através do registo da altura da lâmina líquida dentro das caixas de visita. Foi adicionada a monitorização da altura da lâmina líquida dentro das caixas de visita em Santa Luzia e iniciou-se o mesmo procedimento para Conceição e Cabanas.

Pretende-se melhorar esta atividade, acrescentando aos dados já recolhidos o registo da condutividade do líquido.

Quanto às afluências indevidas de águas pluviais, o problema principal resulta na inexistência de redes prediais separativas em prédios, habitações e mesmo em urbanizações. Julga-se, nesse sentido, que sem o recurso a descarregadores de tempestade na rede de A.R. domésticas, esta questão não terá uma solução simples, devendo ser estudadas outras possibilidades.

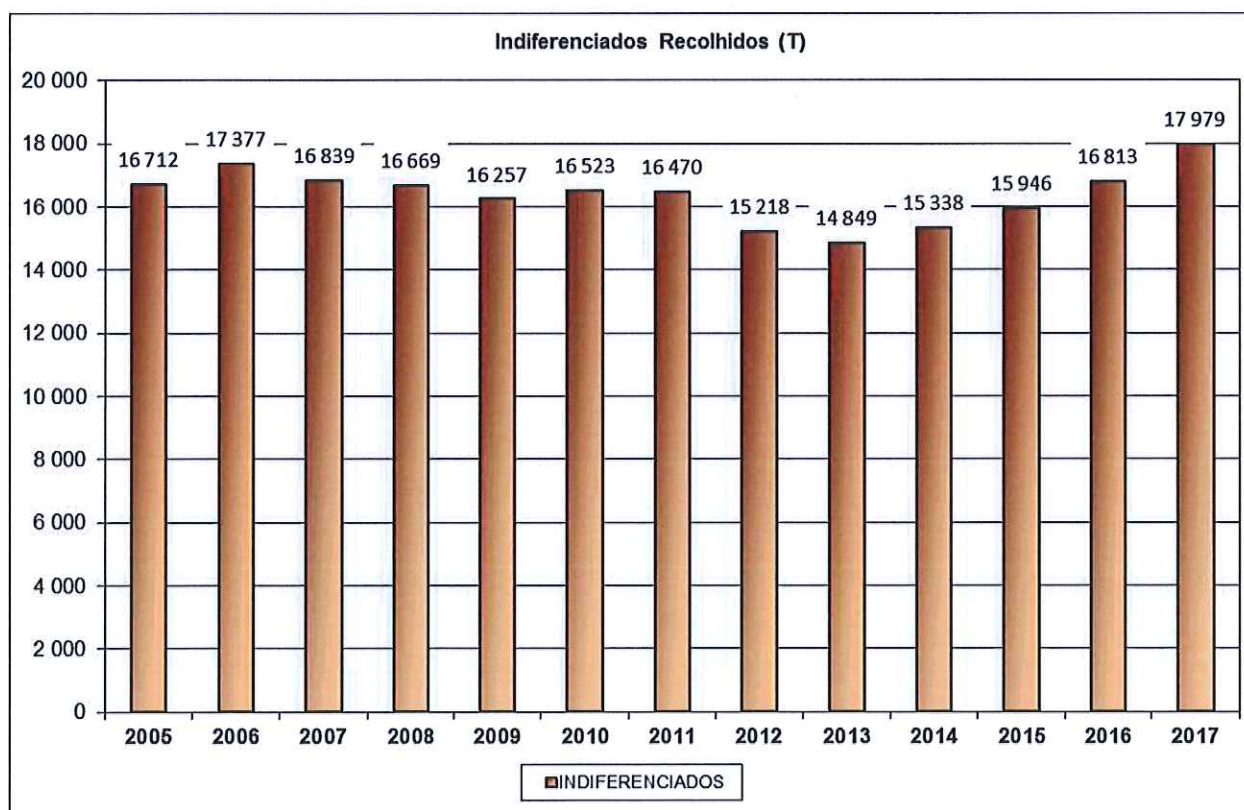
8. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana

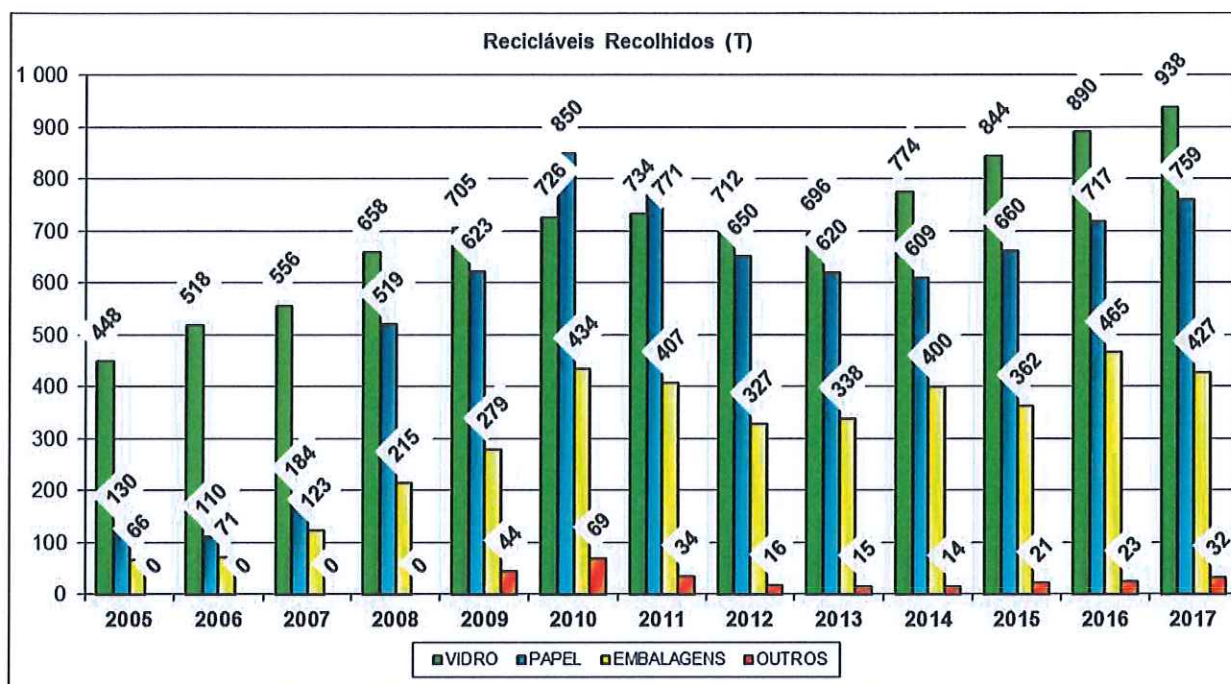
No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector em 2017:

ANO	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				RECEITAS TOTAIS
	RSU		CUSTOS (Ton)		
	(Ton)	RECEITA (Ton)	RSU + limpeza	RECOLHA	
2005	13 369	32,56 €	143,78 €	n.a.	435 936 €
	16 711	30,80 €			514 846 €
2006	17 377	99,49 €	136,17 €	n.a.	1 483 900 €
2007	16 839	117,70 €	160,76 €	n.a.	2 023 742 €
2008	16 669	113,00 €	169,00 €	n.a.	2 360 418 €
2009	16 204	126,00 €	175,00 €	n.a.	2 321 490 €
2010	16 505	129,43 €	167,75 €	n.a.	2 597 418 €
2011	16 439	140,16 €	171,07 €	124,39 €	2 291 439 €
2012	15 181	153,61 €	186,39 €	134,54 €	2 331 953 €
2013	14 849	157,18 €	195,06 €	140,89 €	2 343 276 €
2014	15 329	149,52 €	182,02 €	132,28 €	2 291 928 €
2015	15 943	151,54 €	174,96 €	124,21 €	2 415 938 €
2016	15 450	163,70 €	180,94 €	128,95 €	2 760 904 €
2017	16 478	157,65 €	189,72 €	134,62 €	2 799 769 €

O indicado como receita/ton inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que dizem respeito ao período de março a dezembro.





Nota: Os valores apresentados para o ano 2005 correspondem ao total de toneladas de indiferenciados recolhidos pela Câmara Municipal de Tavira (janeiro e fevereiro) e pela Taviraverde (março a dezembro).

8.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores

Os programas de controlo da qualidade do serviço com a efetivação de inspeções semanais aleatórias aos diversos circuitos, mantiveram-se durante todo o ano de 2017. Estes programas foram cumpridos a 100% relativamente ao planeado.

Foram lavados em estaleiro cerca de 932 contentores em média por mês e com a exceção do mês de março, foi cumprido o planeamento das lavagens dos marcos de deposição da contentorização enterrada (RSU e Recicláveis) com a periodicidade definida de acordo com a época do ano, ou seja: janeiro a abril, novembro e dezembro - mensal; maio, junho, setembro e outubro - 1ª e 3ª semana de cada mês; julho e agosto - semanal durante todo o mês.

Manteve-se em pleno funcionamento o equipamento de movimentação de contentores para lavagem.

Foram substituídos integralmente dois sistemas de contentorização enterrada de resíduos recicláveis, na Rua José Pires Padinha e Rua Almirante Cândido dos Reis.

Relativamente aos resíduos indiferenciados, procedeu-se à requalificação de um equipamento de contentorização enterrada na Avenida Eng.º Duarte Pacheco em Santa Luzia.

Na continuidade da melhoria da eficácia do sistema de deposição enterrado, procedeu-se à colocação de cerca de 100 molas de recuperação das portas de visita e criação de fossos de retenção de líquidos para melhoria na limpeza das cubas.

Procedeu-se igualmente à reabilitação do chassi de uma viatura de recolha com 15 m³.

Foi melhorada a zona de lavagem de contentores com o aumento da área cimentada para 144m².

Iniciou-se o processo de aquisição de uma viatura com grua para a recolha de monos.

Foi adquirida uma viatura de recolha de resíduos indiferenciados, com capacidade de 20m³ que entrou ao serviço em agosto de 2017 e melhorou a qualidade do serviço da zona habitacional servida por esta viatura uma vez que o seu funcionamento é silencioso.

Para o setor da recolha foi adquirida uma máquina de alta-pressão de elevado desempenho que é utilizada para a lavagem, em estaleiro, dos contentores.

Foi adquirida uma máquina pulverizadora de 500lts para a lavagem dos marcos dos sistemas enterrados.

Foi implantada, nas Instalações em Vale Caranguejo, uma zona para os compactadores da recolha de reciclados/porta a porta.

Em 70 cubas dos contentores enterrados foram criadas caixas rebaixadas para facilitar a lavagem destes equipamentos.

Foi adquirido um equipamento de soldadura de plásticos para reparação dos contentores de 3m³ de RSU.

Continuou-se o programa de colocação de molas nas portas traseiras dos contentores enterrados, por forma a garantir que estas se mantenham sempre fechadas.

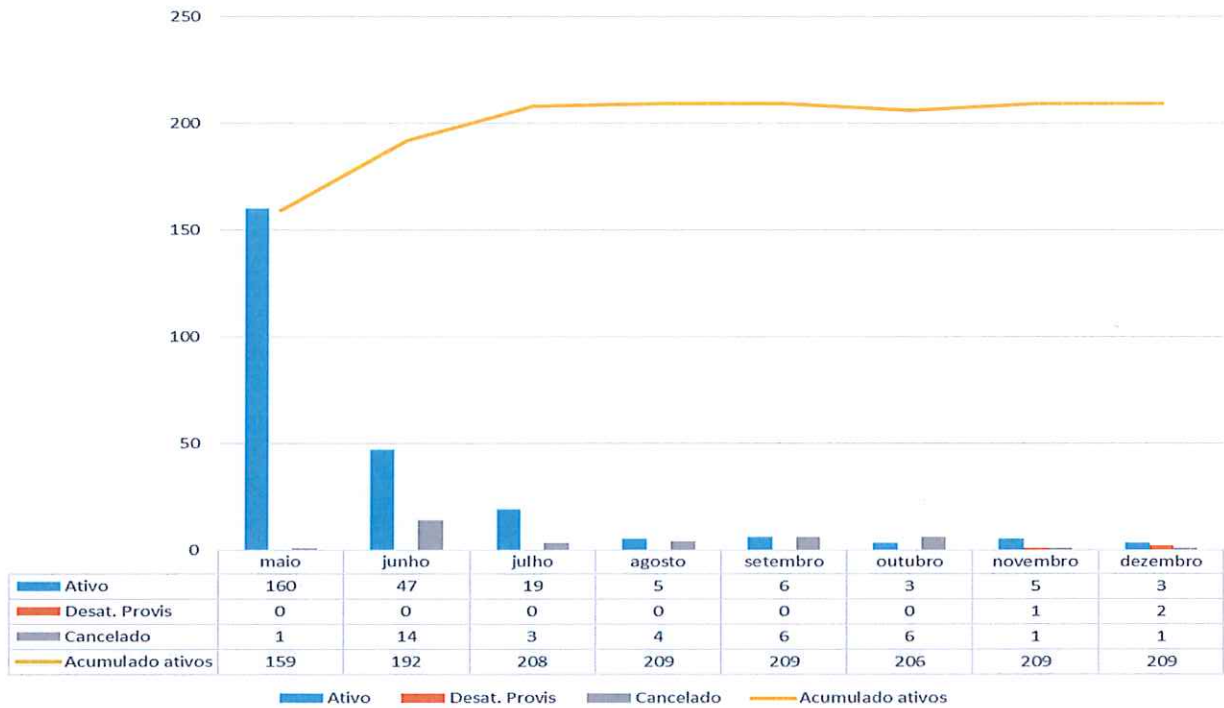
8.2. **Recolha Porta-a-Porta ao comércio local**

Em junho de 2017 e na sequência da verificação de perturbações no sistema porta-a-porta de recolha de embalagens ao comércio do concelho e frequências de recolhas insuficientes por parte da entidade multimunicipal Algar S.A., foi celebrado um protocolo de acordo com esta empresa passando estas competências para a Taviraverde E.M.

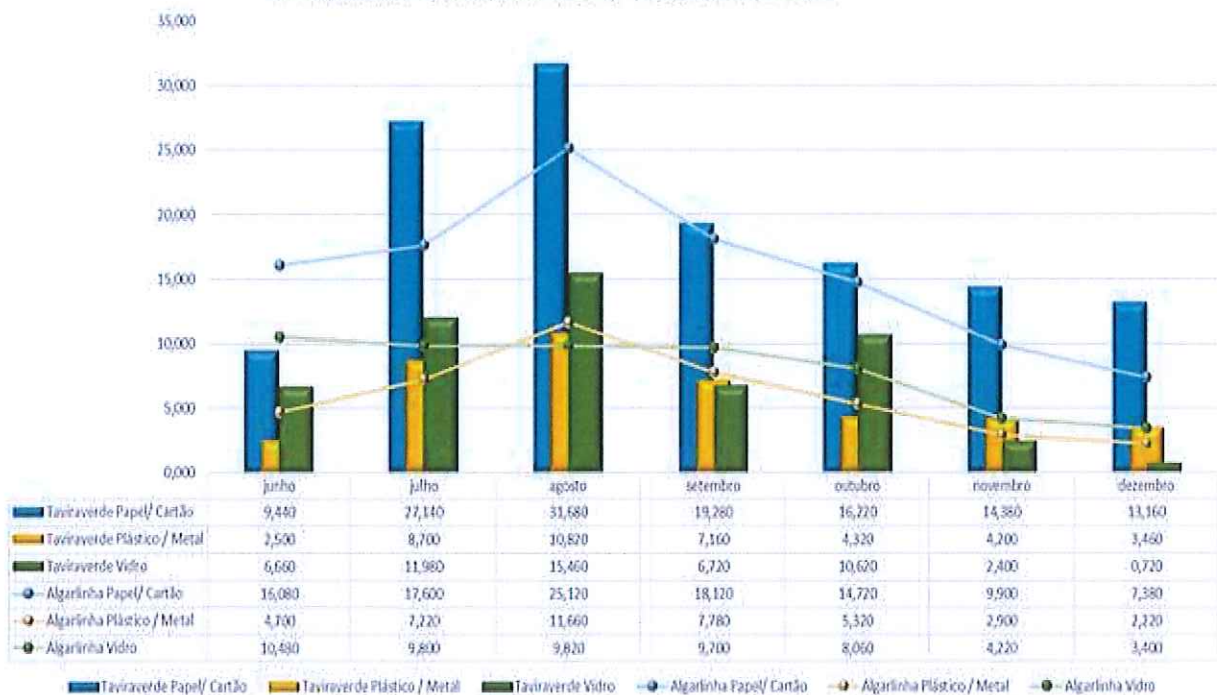
Nos quadros abaixo, apresentam-se os principais dados de evolução desta atividade, referente a número de aderentes assim como quantidades recolhidas em comparação com a Algarlinha.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Evolução Aderentes Ano 2017



Comparativo Taviraverde 2017 / Algarinha 2016



9. Jardins

A atividade de manutenção dos 202 espaços verdes do concelho de Tavira é desenvolvida no âmbito do contrato programa celebrado com o Município de Tavira, em 2015. Em meados de 2017, adicionou-se em adenda ao mesmo contrato, mais 7 espaços.

9.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins

Foram identificadas diversas pragas em plantas (árvores, arbustos e herbáceas) em espaços públicos que mereceram a maior atenção com a realização de diversos tratamentos fitossanitários, com produtos homologados.

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente na primavera/verão, é frequente surgirem as pragas, principalmente de afídios, ácaros, cochonilhas e processionária, o que provoca algum desconforto na população, nomeadamente ao nível de produção de meladas, provocando sujidade/danos em ruas, viaturas, etc.

Estas pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas, nomeadamente a nível de podas, para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos cidadãos.

Relativamente à processionária dos pinheiros, foi efetuado um tratamento inovador por endoterapia (injeção no tronco), com resultados eficazes.

9.2. Praga das palmeiras em Portugal

Esta praga (*Rhynchophorus ferrugineus*) continuou a atacar as palmeiras.

Foi efetuado o planeamento e os respetivos tratamentos (preventivos/curativos), nas palmeiras (54), mais emblemáticas do Concelho, constantes no contrato de gestão.

9.3. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos

De acordo com a lei n.º 26/2013, em 2014 foi constituído o processo de autorização para o exercício da atividade de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação, que culminou com a autorização n.º 022-AT-ZU/ZL/VC, emitida pelo DGAV em 27 de janeiro de 2015, a qual teve a sua continuidade.

10. Limpeza de Praias

Os serviços de limpeza do areal, WC's públicos, posto de socorros e envolventes de praias e estacionamento, acessos/passadeiras e respetivas envolventes, foram efetuados conforme planeado e previsto no contrato de gestão para a limpeza das praias, celebrado entre a Câmara Municipal de Tavira e a Taviraverde EM. Os serviços de limpeza mecânica do areal foram cumpridos, com elevada qualidade, tendo-se confirmado a boa operacionalidade do equipamento (máquina de limpeza de praia e trator) adquirido no âmbito deste contrato.

No ano de 2017, conforme já referido no ponto "*Recolha Porta-a-Porta ao comércio local*", o transporte dos recicláveis (Embalagens, Metais, Papel e Vidro) foi totalmente assegurado pela Taviraverde para a estação de transferência da Algar, em sacos, o que não nos permite quantificar, com rigor, a quantidade em termos de pesagem.

Tanto na Ilha de Tavira como na Ilha de Cabanas, foram recolhidos e colocados em locais isolados para posterior trituração, alguns resíduos orgânicos, sobretudo canas e restos de árvores, que deram à costa e outros resíduos vegetais resultantes de abates (plantas mortas), podas de árvores e arbustos.

A rede de ecopontos da Ilha de Tavira foi reorganizada, com a colocação de novas sinaléticas, adaptação de localizações e aumento da capacidade de deposição.

Para a realização dos trabalhos estiveram afetos 16 funcionários (incluindo o pessoal dos barcos) e 1 encarregado a tempo parcial.

Foi efetuada antes do início da época balnear, a manutenção/revisão geral das gruas do "cais do lixo" da Ilha e do cais junto ao Pingo Doce, permitindo operar de forma mais eficaz e em melhores condições de segurança, assim como a passagem de certificados de qualidade que foram apresentados na Capitania do Porto de Tavira.

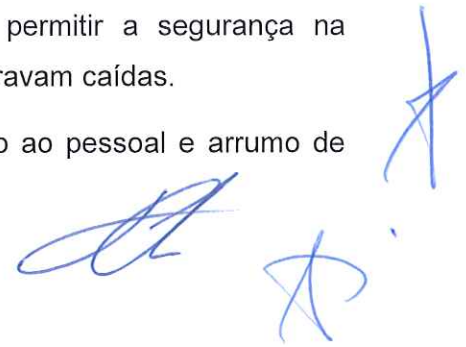
Efetuuou-se a reparação e/ou substituição de passadeiras degradadas e o respetivo reperfilamento tendo sido colocadas cerca de 12 novas, fornecidas pela Câmara.

Foi dada colaboração, às diferentes ações efetuadas e/ou apoiadas pela Câmara ao longo deste período, nomeadamente à gestão do parque de campismo, às do âmbito das bandeiras azuis, a colocação de sinalética, deteção e reparação de roturas nos balneários, à corrida mar azul, construções na areia, bombeiros municipais, fundação Vodafone. Também foi dada colaboração às obras efetuadas nas zonas balneares, nomeadamente, parque de campismo, Wc's públicos, concessões da Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Cabanas, apoio no transporte de equipamentos para a ilha de Cabanas.

Neste período foram arrojados, 2 golfinhos, 1 tartaruga, 2 baleias e 2 peixes de grandes dimensões.

Foram eliminados rebentos de acácias junto aos caminhos para permitir a segurança na circulação de viaturas e retiradas árvores desta espécie que se encontravam caídas.

Houve continuidade do aluguer dos 2 contentores e Wc's para apoio ao pessoal e arrumo de ferramentas e equipamentos, que se tinham instalado em 2011.



11. Limpeza Urbana

A limpeza urbana (varredura manual e varredura mecânica) no concelho de Tavira está organizada em 30 circuitos, abrangendo os perímetros urbanos da cidade e freguesias com exceção da de Cachopo.

Em 2010 verificou-se ser necessário criar o circuito de verão (zona central da cidade), em virtude de se tratar de uma zona de elevada afluência da população, o que levou a uma maior necessidade na frequência de limpeza, continuando este serviço a ser efetuado durante o ano de 2017.

Ao longo dos anos tem vindo a aumentar a frequência de eventos na cidade, o que leva a um acréscimo nas necessidades de limpeza urbana, mas a Taviraverde continua a garantir a mesma com eficiência.

O sector de limpeza da Taviraverde também é responsável pela limpeza das sarjetas. Anualmente, no início do mês de setembro, realiza-se este trabalho preventivo, de modo a que, quando chegarem as primeiras chuvas não se registem quaisquer problemas, considerando que a cidade se localiza numa zona de risco permanente de cheias. Este trabalho é efetuado/acompanhado durante todo o período chuvoso. Também esta atividade tem vindo a aumentar em virtude do crescimento da cidade, pelo que é necessário incluir este serviço nos circuitos da limpeza.



12. Sistema de Gestão da Qualidade



A empresa encontra-se no seu 4º ciclo de Certificação pela norma ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade (certificado nº 2008/CEP-3175), tendo sido concedida a renovação no decurso de 2017. Em 2018 será realizada uma auditoria de transição para o novo referencial ISO 9001:2015.

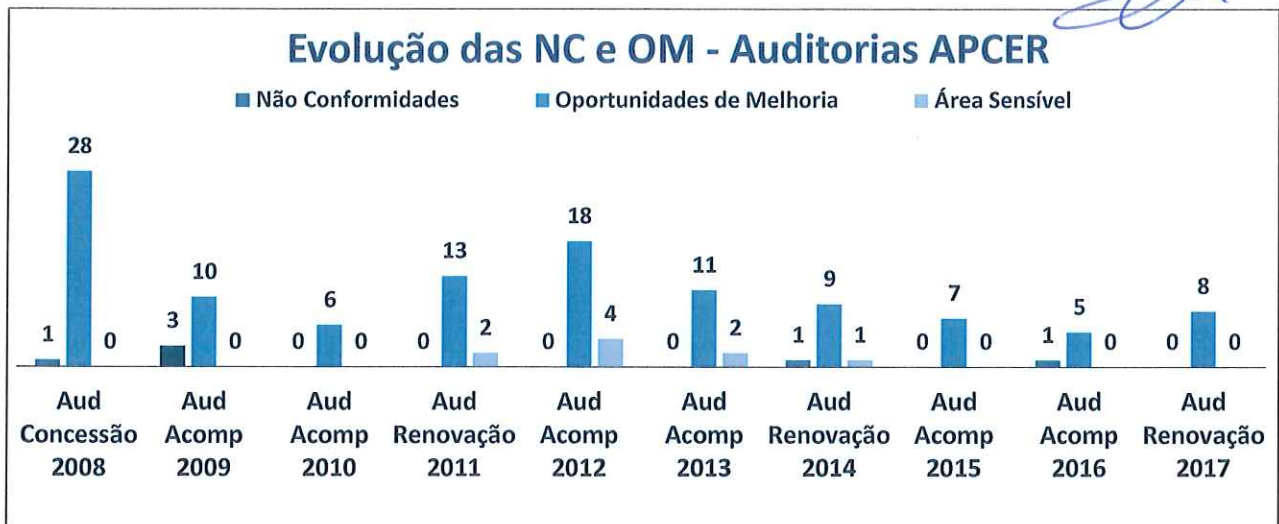
Relativamente ao sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, retomou-se em 2017 o processo de implementação, com a elaboração de alguma documentação de suporte ao processo.

12.1. Auditorias Externas e Internas

Foi cumprido o Plano Anual de Auditorias referente a 2017, tendo sido necessário efetuar uma alteração relativamente à sua 1ª versão do ano, devido à eliminação da auditoria interna nº02/2017 prevista para novembro (relativa à documentação do SGQ), que foi substituída por reuniões para análise das ocorrências pendentes.

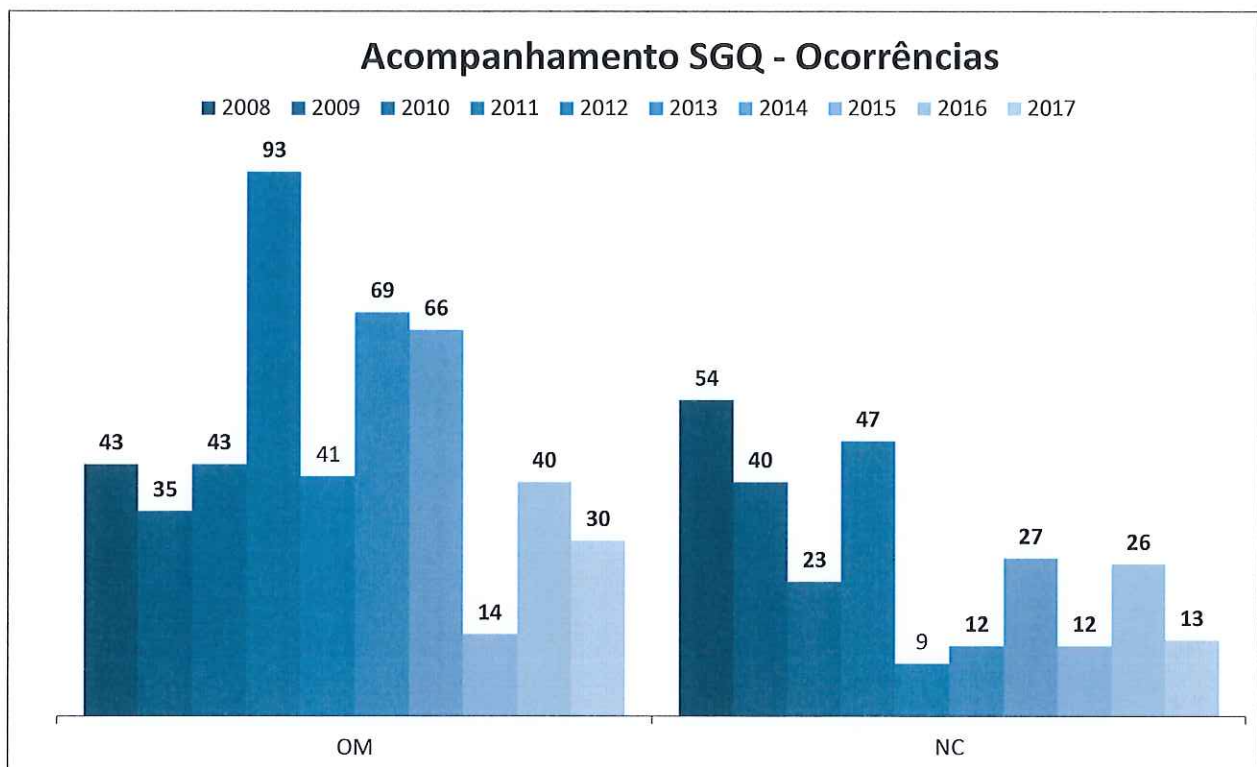
Foi efetuada uma auditoria interna à totalidade do SGQ, de 26 a 28 de abril de 2017, cujo âmbito foi a verificação da conformidade da documentação e das práticas com a norma de referência, para complemento da revisão do SGQ de 2016. Optou-se novamente pela contratação de um auditor externo, tendo-se conotado pelo elevado grau de detalhe e aprofundamento dos assuntos abordados. As principais conclusões foram que o sistema se mantém bem estruturado, dando o suporte documental resposta aos requisitos normativos/legislativos e não existindo nenhuma área em particular considerada crítica; não obstante, foram detetadas situações a necessitar de melhoria ou correção (foram constatadas 7 não conformidades e 18 oportunidades de melhoria).

Relativamente à Auditoria de Renovação, realizada pela APCER em Junho de 2017, foram constatadas 8 oportunidades de melhoria, não se tendo constatado nenhuma não conformidade, pelo que foi concedida a renovação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado.



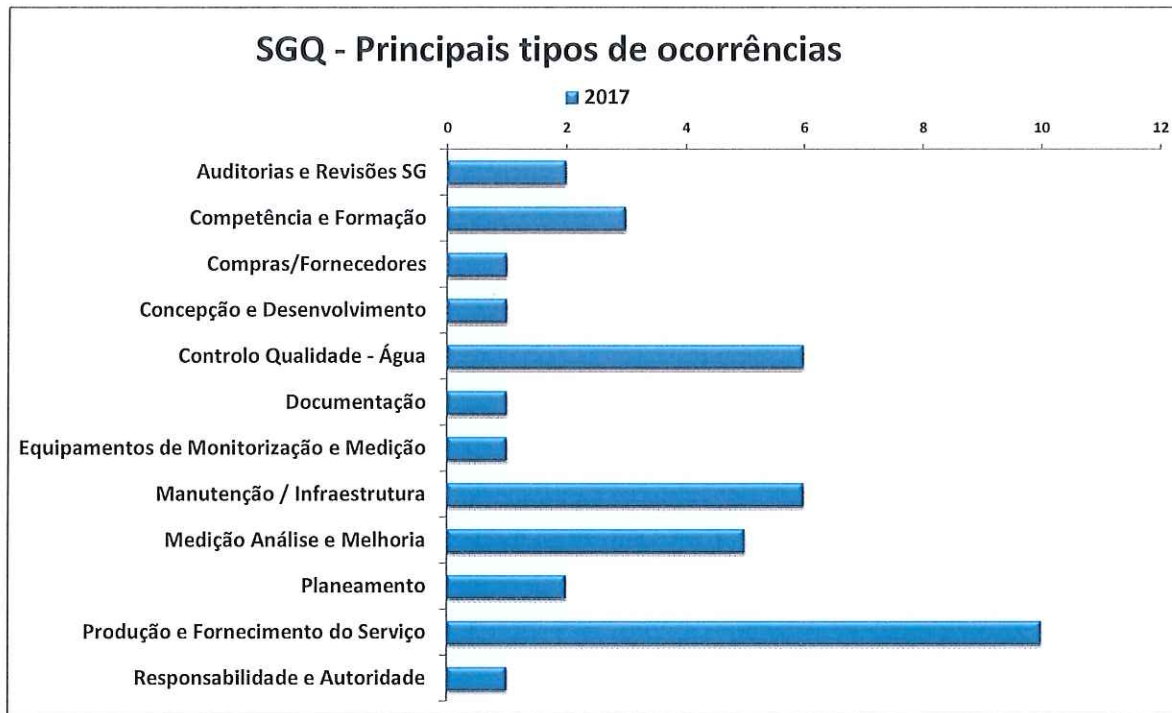
12.2. Ações de Melhoria

É apresentada no gráfico seguinte, a evolução das ocorrências, desde a implementação dos SGQ até ao momento. Registou-se uma ligeira diminuição no número de ocorrências em 2017, quer em relação a oportunidades de melhoria (OM) quer em relação a situações de não conformidade (NC).



Das ocorrências registadas em 2017, 77% têm como origem constatações das auditorias, 7% são sugestões/constatações de colaboradores ou provenientes das reuniões de coordenação mensais, 2% têm como origem a Revisão pela Gestão e 14% têm como origem outras fontes externas.

Relativamente ao tipo de ocorrências mais relevantes, são claramente as relacionadas com a produção e fornecimento do serviço por parte da empresa (metodologias pouco consistentes, serviços executados de forma incorreta, preenchimento adequado de registos, garantia de execução dos serviços em adequadas condições de segurança, etc.). As causas destas ocorrências estão associadas a atividades mal definidas ou definidas de formas alternativas nos procedimentos e também a erro humano.



Esta análise será feita com maior detalhe na Revisão do SGQ pela Gestão, a realizar em abril de 2018.

12.3. Reclamações e Sugestões de Clientes

Relativamente às respostas a todas as reclamações em 10 dias úteis (indicador interno), o indicador melhorou durante o ano de 2017, atingindo os 100%. As respostas escritas a todas as reclamações escritas mantêm-se nos 100% à semelhança dos anos transatos.

A análise referente ao tipo de reclamações recebidas e a sua afetação às diferentes áreas/tipologias será analisada e discutida na próxima Revisão do Sistema de Gestão.

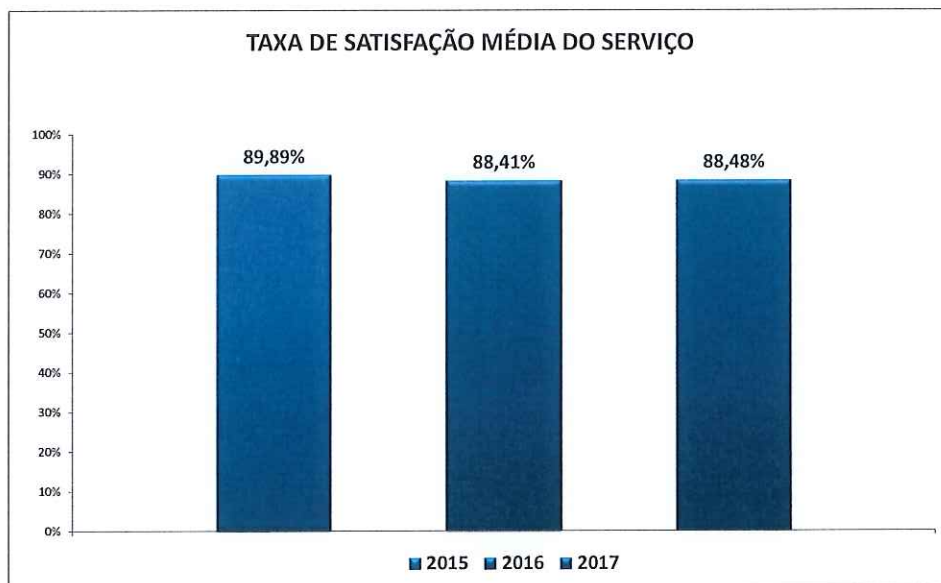
Durante o ano de 2017 houve uma alteração do prazo legal de resposta relacionado com o Livro de Reclamações, que passou de 22 para 15 dias úteis, alteração que teve lugar a 01/07/2017. De forma a uniformizar o indicador, foi decidido internamente que esta alteração passaria a aplicar-se a todas as reclamações escritas. Para além desta alteração, a legislação também introduziu o Livro de Reclamações Eletrónico, cujo *link* se encontra disponibilizado na página da internet da Taviraverde.

12.4. Avaliação da Satisfação dos Clientes

O inquérito da satisfação do cliente relativo aos serviços prestados em 2017 foi encerrado no dia 15 de Fevereiro, tendo-se obtido um total de **684** respostas, substancialmente mais elevado que nos anos anteriores.

Voltou a usar-se o mesmo formato para esta auscultação, nomeadamente um inquérito desenhado no *Google Form's*, cujo *link* foi depois enviado via email a **5606** clientes da empresa, tendo o mesmo ficado também disponível na página da internet da Taviraverde.

A taxa de satisfação média do serviço registada foi de 88,5%, muito similar as anos anteriores.



A análise será feita com maior detalhe na Revisão do SGQ pela Gestão.

12.5. Avaliação de Fornecedores

O processo de avaliação dos fornecedores, relativamente a 2017, encontra-se a decorrer. No entanto, no registo do produto não conforme, as evidências apontam para a exclusão de apenas 1 fornecedor, sendo que para os restantes se verifica um bom desempenho.

13. Atividades de Educação Ambiental

22ª Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural – 7 a 9 de Julho 2017

A Taviraverde esteve presente mais uma vez na 22ª Feira de Caça Pesca e do Mundo Rural, com uma exposição alusiva à reciclagem de resíduos e à nova campanha "Reciclar é Fazer Futuro".

O tema foi mais uma vez escolhido por se tratar de uma área em que anualmente os caçadores têm contribuído, através de campanhas de limpeza de matas e zonas rurais.

Também se disponibilizou um ponto de água da torneira, para todos os visitantes da Feira, promovendo-se desta forma o seu consumo.



Feira de Dieta Mediterrânica – 7 a 10 de Setembro 2017

A Taviraverde também esteve presente na V Feira da Dieta Mediterrânica, que decorreu entre os dias 7 a 10 de setembro, com três campanhas, uma promovendo o consumo de água da torneira, outra com a campanha infantil sobre os resíduos e outra com a nova campanha “Reciclar é Fazer Futuro”.

Nesta feira, foram efetuadas atividades com as crianças, nas temáticas do ambiente, da água e dos resíduos, sendo proposta a realização de um desenho e/ou frases sobre a temática diária, à qual houve uma elevada aderência. Os resultados foram variados e muito interessantes.





Sensibilização Ambiental “Vamos celebrar...o Ambiente!” – 29 e 30 de Novembro 2017

A Taviraverde E.M. promoveu, nos dias 29 e 30 de novembro, uma ação de sensibilização ambiental dirigida aos alunos do 1º ciclo do concelho de Tavira.

Este evento visou demonstrar a importância de preservar os recursos do planeta e a necessidade imperiosa de mudar os nossos hábitos, contribuindo assim para uma pegada ecológica mais equilibrada, mais verde, numa linguagem simples e objetiva, direcionada para os mais novos.

O evento consistiu na projeção de um pequeno filme em torno do ciclo urbano da água e das boas práticas na sua utilização, “*O Mundo Fantástico da Gotinha*”, no Cineteatro António Pinheiro; a apresentação do vídeo (gentilmente cedido pela EPAL) foi dinamizada pela Armação do Artista. Contou ainda com a apresentação do projeto “*O Planeta Limpo do Filipe Pinto*” no Mercado da Ribeira, que aborda as questões mais pertinentes na área do ambiente - água, resíduos, energia e biodiversidade.

Para além destas duas atividades, foi também promovida uma pequena visita aos viveiros municipais.



14. Litígios e Contingências



No ano de 2017, os processos de cobrança, quer declarativos (por oposição aos requerimentos de injunção), quer executivos, continuam a compor a maioria dos processos que são parte do contencioso da Taviraverde, constituindo a maioria dos processos.

Em virtude de reorganização interdepartamental, ocorreu um atraso nos procedimentos extrajudiciais de cobrança, que se veio a repercutir nas percentagens de cobrança do ano.

Ainda assim, em pré-contencioso, i.e. a cobrança antes de injunção, o valor recuperado é superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor em dívida remetido ao DJ.

Em 2017, o Tribunal Judicial de Tavira proferiu uma sentença de declaração de incompetência em razão da matéria para a decisão das cobranças da empresa, remetendo os procedimentos da Taviraverde, enquanto Empresa Municipal para as instâncias administrativas.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé já havia proferido sentença em sentido oposto, reafirmando a competências das instâncias cíveis. É provável que este conflito se venha a repercutir negativamente sobre os resultados que até agora se tinham registado na cobrança dos valores em atraso.

Em valor, continua a destacar-se o contencioso que existe com a entidade Águas do Algarve, relativo ao pagamento de Valores Mínimos Garantidos no âmbito do Contrato de Recolha de Saneamento.

Este contencioso corre ainda termos nas instâncias administrativas de segunda instância, tendo, em primeira instância, sido proferida decisão a favor da Taviraverde num dos processos e decisão a favor da Autora Águas do Algarve noutra dos processos.

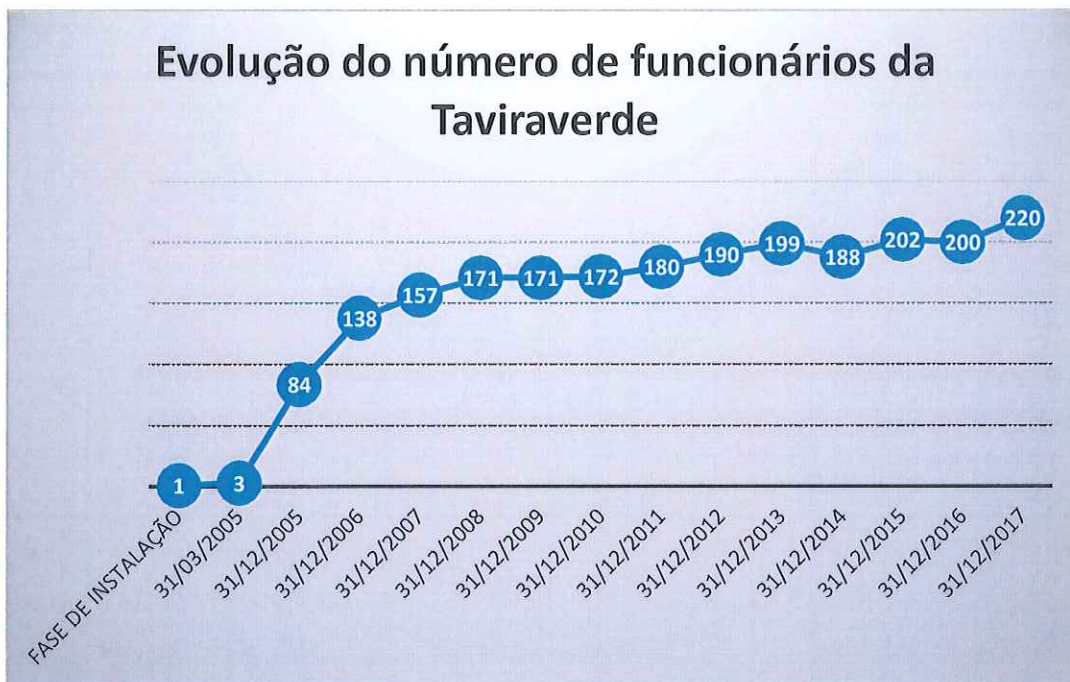
Assim, em 2017, foi proferida sentença na qual o Tribunal veio a julgar parcialmente procedente o pedido da Autora Águas do Algarve. Nesta decisão, o Tribunal procedeu à correção das faturas emitidas pela Águas do Algarve, resultando assim numa condenação no pagamento do valor de 1.332.205,03€, condenação essa que se encontra suspensa por efeito de recurso interposto e admitido.

O Tribunal não chegou a ponderar os argumentos da Taviraverde, nomeadamente a muito relevante obrigação contratual de revisão dos Valores Mínimos Garantidos na data da entrada em funcionamento do sistema: o contrato de Concessão (celebrado entre o Estado Português e a Águas do Algarve) contém, no n.º 5 da cláusula 16.ª, a forma de recálculo/revisão dos Valores Mínimos Garantidos e da aplicação desta fórmula resulta que o valor máximo devido pela Taviraverde, já considerando a atualização dos valores por inflação, será de 248.724,78 €.

15. Recursos Humanos

O gráfico abaixo representa a evolução do número de trabalhadores desde do início da atividade da empresa até ao exercício de 2017.

O pessoal da empresa, em 31 de dezembro de 2017 era composto por 220 indivíduos, sendo 31 em cedência de interesse público dos quadros do Município, 181 do quadro da Empresa e 8 contratados a termo certo.



Quanto à percentagem dos colaboradores da empresa distribuídos por sexo, verificou-se a existência de 78% do sexo masculino e 22% do sexo feminino.



Através da análise do quadro abaixo, verifica-se que em 2017 a empresa registou 43 entradas de colaboradores e 28 saídas, das quais 2 foram por reforma e 1 por falecimento.

Movimento de pessoal no ano

	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Entradas	27	28	43	15	53,6%
Saídas	12	25	28	3	12,0%

Na análise da antiguidade verifica-se que os quadros da empresa são estáveis, dado que a maioria dos funcionários está na empresa há já alguns anos, existindo nos quadros da empresa apenas 31 colaboradores com menos de 2 anos de antiguidade.

Antiguidade

	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Média dos trabalhadores	202	206	220	14	6,8%
Antiguidade - <2	22	35	31	-4	-11,4%
Antiguidade - 2-4	34	34	25	-9	-26,5%
Antiguidade - 5-7	31	27	45	18	66,7%
Antiguidade - 8-10	71	69	30	-39	-56,5%
Antiguidade - >10	44	41	89	48	117,1%

Na distribuição por grupos profissionais conseguimos observar que a maioria dos colaboradores pertence ao grupo operacional e ao grupo técnico/operário qualificado.

Distribuição por grupos profissionais

	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Trabalhadores por níveis profissionais	202	206	220	14	6,8%
Administração	2	2	2	0	0,0%
Dirigentes	4	4	4	0	0,0%
Operacional	150	155	167	12	7,7%
Técnico e operário qualificado	39	38	40	2	5,3%
Técnico superior	7	7	7	0	0,0%

No que diz respeito à escolaridade dos colaboradores da Taviraverde, a maioria, 28%, completou o 1º ciclo do ensino básico, 27% dos colaboradores completaram o 9º ano ou equivalente, 18% completaram o 12º ano, 15% dos colaboradores completaram o 6º ano ou equivalente, 5% completaram uma licenciatura e os restantes encontram-se distribuídos pelos restantes níveis.

Nível de escolaridade

	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Não sabe ler nem escrever	6	5	5	0	0,0%
Sabe ler e escrever sem possuir o 1.º ciclo do Ensino Básico	1	1	2	1	100,0%
1.º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	62	65	62	-3	-4,6%
2.º Ciclo do E.B. (6º ano ou equivalente)	25	31	32	1	3,2%
3.º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou equivalente)	46	49	60	11	22,4%
Ensino Secundário (12ºAno)	32	35	39	4	11,4%
Bacharelato	2	2	2	0	0,0%
Curso Técnico	1	1	1	0	0,0%
Licenciatura	12	13	12	-1	-7,7%
Mestrado	1	4	4	0	0,0%
Doutoramento	0	0	1	1	100,0%

A formação no ano de 2017 regista um enorme aumento no número de participantes e no número de horas de formação (346,1%).

Formação

	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Nº de horas de formação	1013	1429	6375	4946	346,1%
Nº de formandos	148	81	358	277	342,0%
Nº de participantes	115	32	220	188	587,5%

Em 2017 registou-se uma ligeira diminuição no número de horas de absentismo, apesar da taxa se manter.

Absentismo

	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Taxa de absentismo	4,95%	5,05%	5,05%	0	0,0%
Horas de absentismo	20049	20676	20660	-16	-0,1%

No que diz respeito ao número de acidentes de trabalho, verificou-se uma redução de 17,6% relativamente ao ano anterior, tendo todos os indicadores melhorado significativamente.

O índice de frequência já atingiu o patamar de Bom. O índice de gravidade ainda se encontra ligeiramente superior a 2 devido a dois sinistrados se terem encontrado de baixa prolongada durante quase todo o ano.

Acidentes de trabalho

	2015	2016	2017	Variação 17/16	
Nº de acidentes de trabalho	19	17	14	-3	-17,6%
Nº de dias de acidente trabalho	920	1252	757	-495	-39,5%
Índice de frequência	47	42	39	-3	-7,1%
Índice de gravidade	2,28	2,83	2,02	-0,81	-28,6%
Índice de incidência	95,04	83,20	64,00	-19,20	-23,1%



16. Investimento

O investimento total realizado em 2017 ascende a 948 960,03 €. Os principais investimentos foram em redes de águas de abastecimento, em redes de águas residuais e em equipamentos de transporte de RSU's.

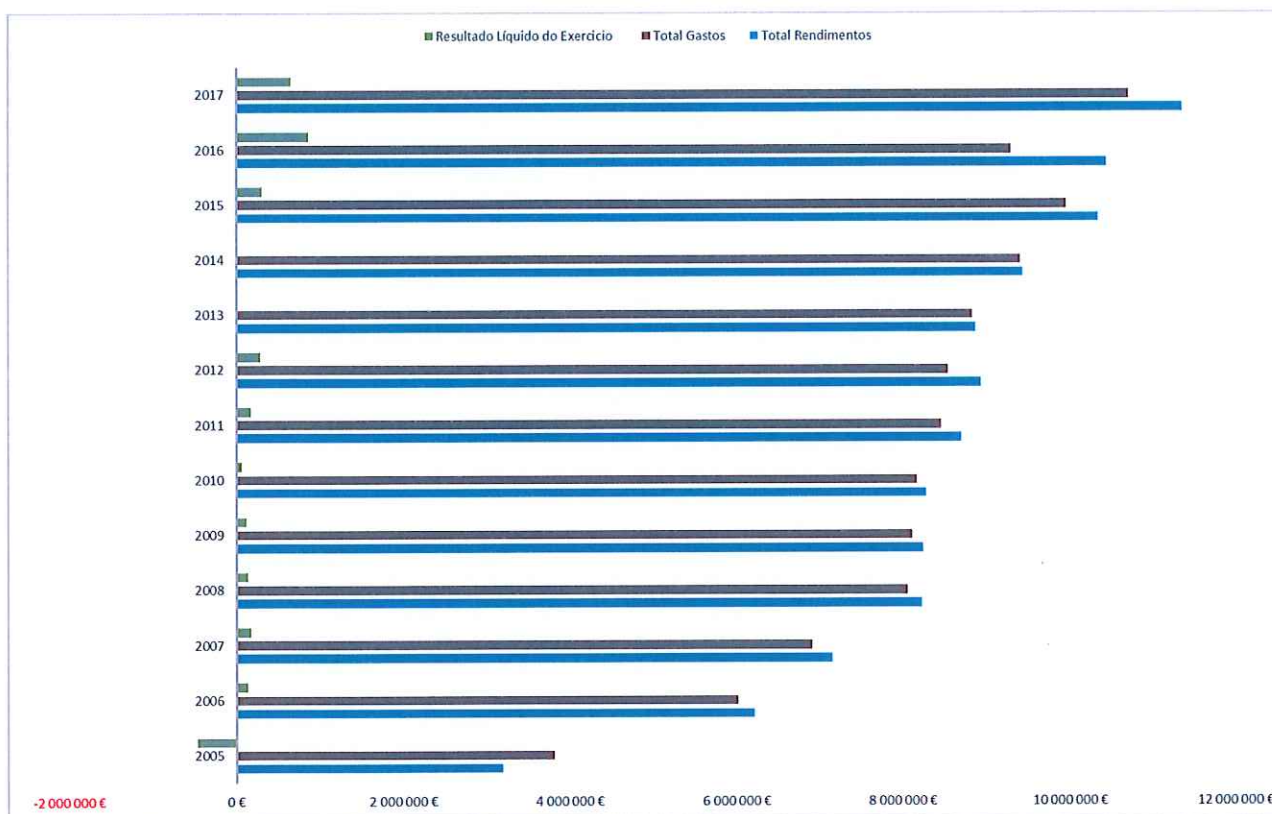
Investimento	2017	2016
CONDUTAS		
Abastecimento de água - Redes	62 452,31 €	426,24 €
Abastecimento de água - Ampliação	33 095,73 €	17 042,97 €
Águas Residuais - Conduas Elevatórias	21 975,61 €	- €
Águas Residuais - Redes	206 357,95 €	62 306,93 €
Águas Residuais - Ampliação	- €	1 055,95 €
CONSTRUÇÃO CIVIL		
Reservatórios - Eur		- €
EE's Abastecimento		- €
EE's Saneamento	1 032,75 €	3 000,00 €
Benfeitorias	149 094,71 €	281 373,22 €
EQUIPAMENTOS		
Furos de captação		- €
Reservatórios - Eur	3 650,00 €	224,00 €
EE's Abastecimento		- €
EE's Saneamento		- €
ETA's		11 416,59 €
Contadores	63 129,28 €	62 276,18 €
Equipamento Eletromecânico	7 118,96 €	6 042,17 €
Equipamento de Segurança		- €
INVESTIMENTO EM RSU's		
Equipamento de transporte	215 065,50 €	212 713,54 €
Ferramentas	18 441,74 €	90 176,81 €
INVESTIMENTO EM JARDINS e ESPAÇOS VERDES		
Ferramentas	1 261,10 €	5 770,92 €
OUTROS INVESTIMENTOS		
Fiscalização de Obras	24 476,67 €	- €
Aquisição de Terrenos		- €
Outros	73 227,45 €	181 884,11 €
Software	68 580,27 €	44 207,53 €
	948 960,03 €	979 917,16 €

O rácio de rotação do ativo tem subido ao longo do tempo o que significa uma melhor eficiência no aproveitamento dos ativos da empresa.

Rotação do ativo	2014	2015	2016	2017
Vendas e prestação de serviços	7 768 602,27 €	8 226 478,00 €	8 746 473,78 €	9 486 818,70 €
Ativo Total	14 728 069,69 €	15 043 763,10 €	16 028 630,35 €	16 638 721,85 €
	0,527	0,547	0,546	0,570

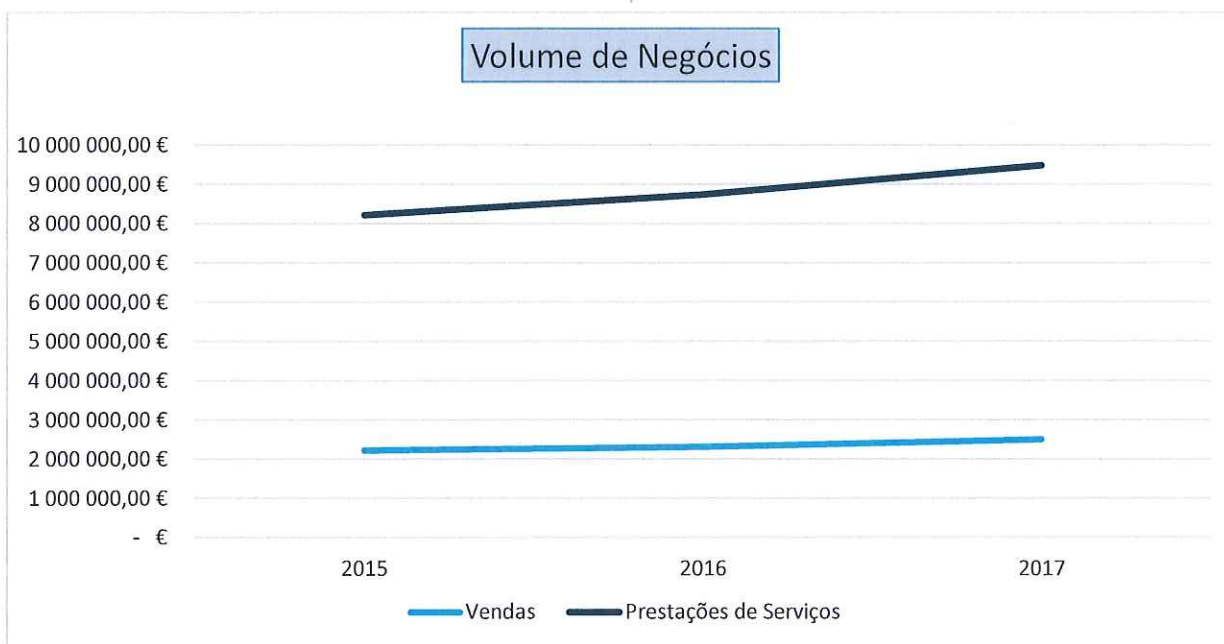
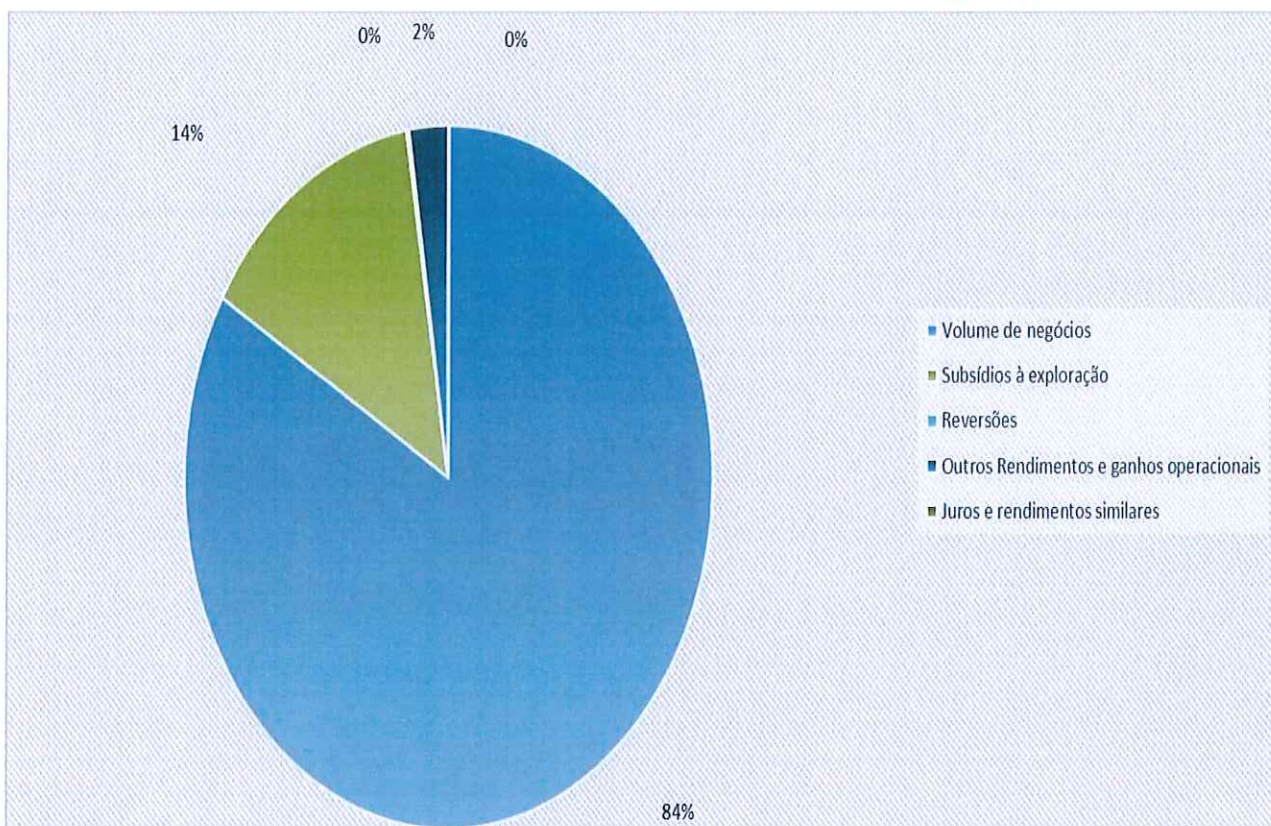
17. Situação económica ou financeira

Em 2017 a empresa teve um desempenho económico bastante positivo, concluindo o exercício com um total de rendimentos de 11,36 milhões de euros e um total de gastos de 10,71 milhões de euros. No gráfico seguinte podemos observar a evolução do total dos ganhos, gastos e resultados líquidos do exercício desde a constituição da empresa.



No que se refere à estrutura dos rendimentos, as rubricas mais significativas são o volume de negócios e os subsídios à exploração que representam cerca de 84% e 14%, respetivamente, dos rendimentos totais da empresa, conforme gráfico abaixo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



As principais atividades da empresa são: distribuição de água de abastecimento, recolha de águas residuais e a recolha de resíduos sólidos urbanos.

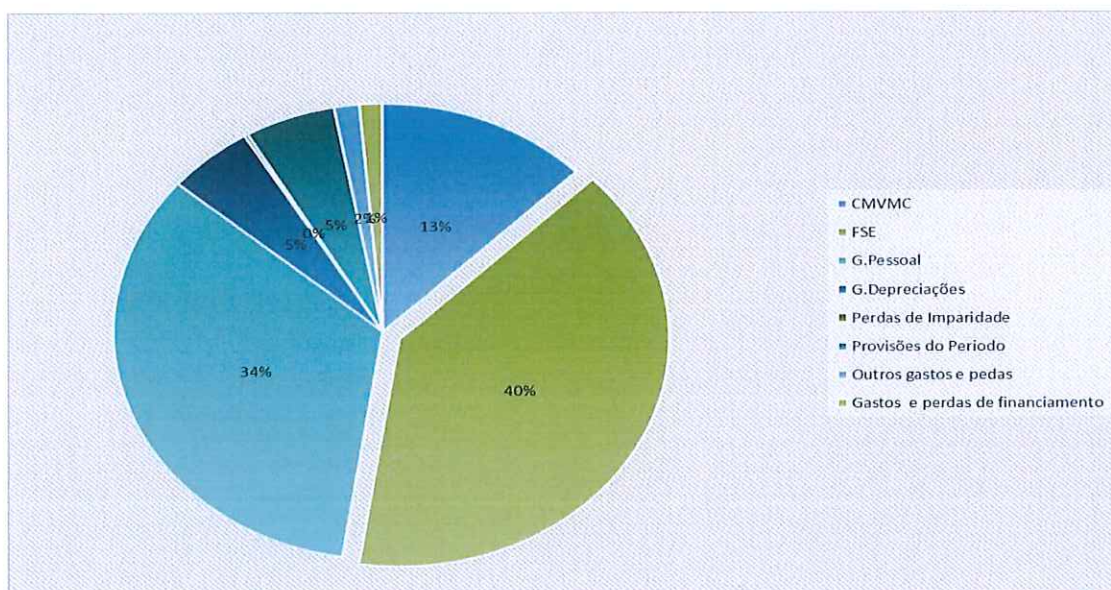
A atividade que mais contribuiu para os rendimentos da empresa foi a distribuição de água de abastecimento e a que menos contribuiu foi a recolha de águas residuais, como podemos verificar, na tabela seguinte:

Volume de Negócios por Atividades				
	Águas de Abastecimento	Águas Residuais	Recolha de RSU's	Total
Volume Negócios	3 776 698,09 €	2 692 824,34 €	3 017 296,27 €	9 486 818,70 €
	40%	28%	32%	100%

As compensações financeiras dos contratos para limpeza de praias e contrato programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira, celebrados com o Município de Tavira, foram contabilizadas em subsídios à exploração, no valor de 1,56 milhões de euros. As compensações financeiras não cobriram os gastos das atividades, gerando um défice de 20% na Limpeza de Praias e 3% na Manutenção dos Espaços Verdes.

Contratos Programa		
	Limpeza Praias	Manutenção Espaços Verdes
Gastos	292 311 €	1 366 646 €
Subsidio Exploração	244 318 €	1 322 580 €
	-20%	-3%

No que se refere à estrutura de gastos, as rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal que representam cerca de 40% e 34%, respetivamente, dos gastos totais da empresa.



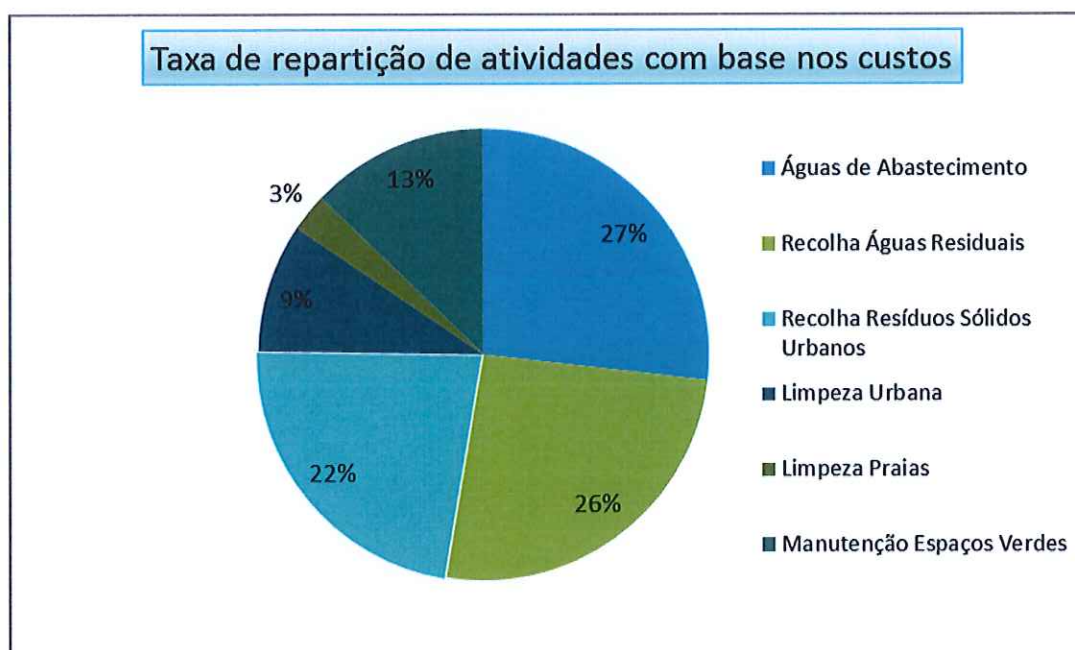
Em 2017 verificou-se um aumento no total dos gastos e perdas em cerca de 13% relativamente ao ano anterior, conforme gráfico abaixo:



Gastos com Entidade Gestora em Alta			
	Águas de Abastecimento	Águas Residuais	Recolha de RSU's
Gastos Entidade Gestora em alta	1 189 871,96 €	1 076 396,70 €	647 050,52 €
Total Gastos Específicos da Atividade	2 287 918,02 €	2 390 127,74 €	1 727 691,83 €
	52%	45%	37%

A tabela abaixo demonstra o peso que representam os gastos com as entidades gestoras em alta, nos gastos específicos da atividade:

O gráfico abaixo demonstra a contribuição dos gastos de cada uma das atividades para os gastos totais da Tavraverde.



Os indicadores de rentabilidade em 2017 apresentaram valores inferiores aos do ano anterior, o reforço da previsão para processos judiciais foi o fator que motivou esta redução.

Rentabilidade dos Capitais próprios		
	2017	2016
Resultado Líquido	515 839 €	861 738 €
Capitais Próprios	4 610 213 €	5 105 849 €
	11%	17%

Rentabilidade Operacional das Vendas		
	2017	2016
EBIT	1 348 089 €	1 821 970 €
Vendas e prestação de Serviços	9 486 819 €	8 746 474 €
	14%	21%

Relativamente aos indicadores financeiros, a autonomia apresenta um valor inferior ao do ano anterior, que se justifica essencialmente pelo facto de a empresa iniciar a distribuição de dividendos. Por outro lado, o Fundo Maneio embora negativo apresenta uma melhoria relativamente ao ano anterior.

Autonomia Financeira		
	2017	2016
Capitais Próprios	4 610 213 €	5 105 849 €
Ativo Total	16 638 722 €	16 028 630 €
	28%	32%

Fundo Maneio		
	2017	2016
Capitais permanentes	12 440 544 €	11 801 454 €
Ativo não corrente	14 358 813 €	13 938 886 €
	- 1 918 269 €	- 2 137 432 €

O indicador de liquidez geral apresenta uma melhoria face ao ano anterior.

Liquidez Geral		
	2017	2016
Ativo corrente	2 279 909 €	2 089 744 €
Passivo corrente	4 198 178 €	4 227 176 €
	54%	49%

18. Perspetivas futuras

A administração da Taviraverde pretende dar continuidade à política de gestão iniciada em março de 2005, tendo definido com principais objetivos operacionais, para 2018:

Área	Objetivos	Meta
Águas de Abastecimento	Controlo de perdas de água	$\leq 16,50\%$ e $\leq 420.000\text{m}^3$
Águas Residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	$\leq 105\%$
Resíduos Sólidos	Taxa de recolha de recicláveis (no total) relativamente ao total dos resíduos não recicláveis entregues à ALGAR	$\geq 17\%$
Obras	Cumprimento do plano de obras	$= 100\%$
Administrativo e Comercial	Taxa de cobrança efetiva dos valores em dívida (inclui a dívida não vencida)	$\geq 98\%$
Qualidade	Redução do tempo de resposta a reclamações para 10 dias	$\geq 98\%$

A Taviraverde procurará, durante o ano 2018, reforçar o seu quadro de pessoal e promover a melhoria das relações de trabalho, para tal será elaborado um manual de políticas de gestão de carreiras, retribuições e do desempenho, onde serão definidos todos os procedimentos a adotar.

Em 2018 também será implementada a avaliação de desempenho para todos os colaboradores.

Em 2018 a empresa dará continuidade ao plano de investimentos, nomeadamente em obras de redes de abastecimento de água e redes de saneamento, com o apoio da candidatura POSEUR.

Prevê-se a renovação dos contratos programa para a limpeza de praias e para a manutenção de espaços verdes, com o Município de Tavira e ainda a assinatura de um novo contrato programa para a limpeza urbana.

Em 2018 prevê-se a assinatura do contrato de gestão delegada.

19. Proposta de aplicação de resultados

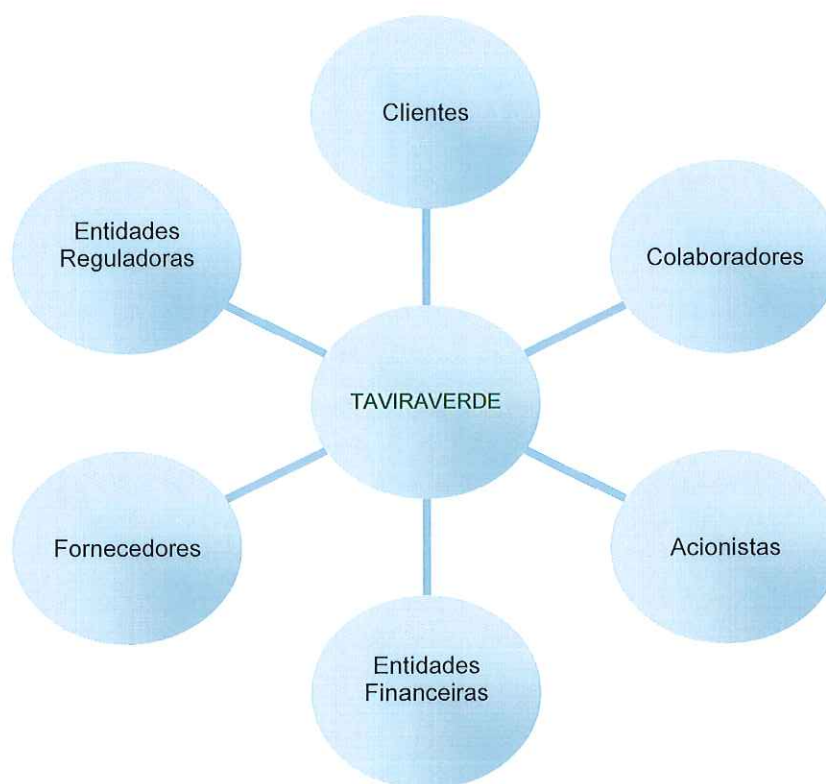
As contas, respeitantes ao exercício de 2017, conduziram a um resultado positivo de 515.839,18€ para o qual o Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 29º dos estatutos da Tavraverde, a seguinte distribuição:

- 515.839,18 € (Quinhentos e quinze mil, oitocentos e trinta e nove euros e dezoito cêntimos) para distribuição de dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração também propõe o valor de 484.160,82€ de resultados transitados, referentes a lucros de anos anteriores, para distribuição de dividendos aos acionistas.

20. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Tavraverde quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2017, designadamente:



Tavira, 07 de Março de 2018

O Conselho de Administração



Jaime Luís Fernandes Costa
(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)



João Pedro da Conceição Rodrigues
(Administrador)

[Handwritten signature]
B.
[Handwritten mark]

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

A B
B

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2017	2016
ACTIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3, 8, 9	14 273 655,33	13 899 531,18
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	3, 7	78 725,66	36 317,49
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Partes Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial		0,00	0,00
Partes Financeiras - Outros Métodos		0,00	0,00
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros	3	6 431,75	3 037,62
Ativos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
		14 358 812,74	13 938 886,29
Ativo Corrente			
Inventários	3, 11	139 662,62	140 340,17
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Clientes	3, 6, 17	688 214,72	480 399,40
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	212 389,05	138 369,04
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Outras Contas a Receber	3	35 776,16	56 287,48
Deferimentos	19	243 279,45	208 260,78
Ativos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda		0,00	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	3, 4, 17	960 587,11	1 066 087,19
		2 279 909,11	2 089 744,06
TOTAL DO ACTIVO		16 638 721,85	16 028 630,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	3, 17	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		246 103,50	246 103,50
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais	3	10 000,00	10 000,00
Outras Reservas		0,00	0,00
Resultados Transitados	3	922 961,86	922 961,86
Ajustamentos em Ativos Financeiros		0,00	0,00
Excedentes de Revalorização		0,00	0,00
Outras Variações no Capital Próprio	3, 16	2 865 308,32	3 015 044,67

Resultado Líquido do Exercício		515 839,18	861 738,48
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		4 610 212,86	5 105 848,51
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	13	1 371 006,50	788 025,09
Financiamentos Obtidos	3, 10, 17	6 184 652,72	5 615 272,79
Responsabilidades Pós-Emprego		0,00	0,00
Passivos por Imposto Diferidos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar		274 671,57	292 307,48
		7 830 330,79	6 695 605,36
Passivo Corrente			
Fornecedores	3, 6, 17	1 270 189,88	1 487 888,92
Adiantamento de Clientes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16, 19	239 723,24	370 330,90
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	3, 9, 10, 17	1 059 376,76	750 000,00
Outras Contas a Pagar	3, 6, 17	1 614 024,16	1 581 879,77
Diferimentos	3	14 864,16	37 076,89
Passivos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
Passivos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
		4 198 178,20	4 227 176,48
TOTAL DO PASSIVO		12 028 508,99	10 922 781,84
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		16 638 721,85	16 028 630,35

Cecília Maria Mendonça Barros

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Jaime Luís Fernandes Costa
António Manuel Dias Chaves Ramos
João Pedro da Conceição Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa

Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

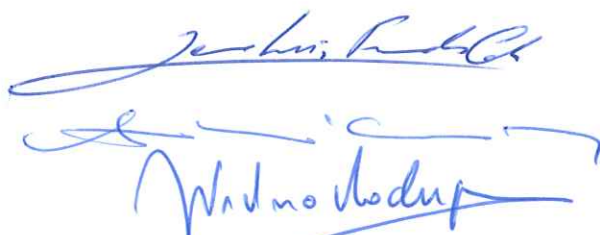
PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2017

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	3,6,12,19	9 486 818,70	8 746 473,78
Subsídios à Exploração	14	1 574 382,39	1 560 884,41
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			0,00
Variação de Inventários na Produção			0,00
Trabalhos Para a Própria Empresa			0,00
Custos das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	11	-1 360 123,48	-1 278 891,23
Fornecimentos e Serviços Externos	3, 6, 19	-4 254 179,90	-3 892 854,77
Gastos com o Pessoal	6	-3 623 076,88	-3 220 576,99
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-4 695,79	11 747,40
Provisões (aumentos / reduções)	13	-582 981,41	
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / Reduções de Justo Valor			
Outros Rendimentos	17, 19	274 906,57	109 451,08
Outros Gastos	19	-162 961,17	-214 263,49
Resultado antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 348 089,03	1 821 970,19
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	7, 8, 9	-556 680,76	-504 851,34
Imparidade de Investimento depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		791 408,27	1 317 118,85
Juros e rendimentos similares obtidos	12	4 468,46	1 917,25
Juros e rendimentos similares Suportados	3, 9, 10	-146 016,34	-169 710,57
Resultado antes de impostos		649 860,39	1 149 325,53
Imposto sobre o rendimento do período	3, 16	-134 021,21	-287 587,05
Resultado Líquido do Exercício		515 839,18	861 738,48



Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros



Conselho de Administração

Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa

Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

A
B
X

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de Clientes		10 794 831,63	10 309 384,09
Pagamento a Fornecedores		-5 788 519,23	-5 650 016,09
Pagamento ao Pessoal		-3 124 935,45	-2 792 043,34
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1 881 376,95	1 867 324,66
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-314 409,21	-212 223,52
Outros Recebimentos/Pagamentos		-657 019,62	-361 732,84
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		909 948,12	1 293 368,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-999 980,82	-928 429,30
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiro</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiro</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		34 244,83	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-965 735,99	-928 429,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		1 840 000,00	6 755 000,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-913 108,81	-6 254 839,79
<i>Juros e gastos similares</i>		-207 157,11	-343 734,02
<i>Dividendos</i>		-769 446,29	
<i>Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio</i>			

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2017	2016
<i>Outras operações de financiamento</i>			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-49 712,21	156 426,19
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)	4	-105 500,08	521 365,19
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERIODO		1 066 087,19	544 722,00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERIODO		960 587,11	1 066 087,19

Cecília Maria Mendonça Barros

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Jaime Luís Fernandes Costa
António Manuel Dias Chaves Ramos
João Pedro da Conceição Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa

Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

Entidade: TAVIRAVEDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2017

Euro

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total		Interesses minoritários
6		50 000	246 104	10 000	0	0	0	3 015 045	922 962	861 738	5 105 849	0	5 105 849
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização													0,00
Excedentes de revalorização													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3							-149 736,35					811 697,86
7		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-149 736,35	0,00	0,00	811 697,86		811 697,86
8	16												515 839,18
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													515 839,18
9-7+8													0,00
RESULTADO INTEGRAL													515 839,18
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
Realizações de capital													0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições	19									-861 738,48			0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-861 738,48	0,00	0,00	0,00
4-7+8+9+10		50 000	246 104	10 000	0	0	0	2 865 308	922 962	515 839	4 610 213	0	4 610 213

Cecília Maria Mendonça Barros

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Jaime Luís Fernandes Costa

Conselheiro de Administração

Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa

Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

Entidade: TAVIRAVEDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2016

Euro

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total		
1		50 000	246 104	10 000	0	0	0	3 073 654	621 024	301 938	4 302 719	0	4 302 719
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas											0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização											0,00		0,00
Excedentes de revalorização											0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		-58 609,12	0,00	0,00	-58 609,12	0,00	-58 609,12
2													
3													
4=2+3													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	16									861 738,48	861 738,48		861 738,48
RESULTADO INTEGRAL										861 738,48	861 738,48		861 738,48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições	19								301 937,85		-301 937,85		0,00
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	301 937,85		-301 937,85		0,00
6=1+2+3+5		50 000	246 104	10 000	0	0		3 015 045	922 962	861 738	5 105 849	0	5 105 849

Cecília Maria Mendonça Barros

Técnica Oficial de Contas

Jaime Luís Fernandes Costa

Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa

Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

Anexo

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que se aplicam à Empresa, em referência ao exercício de 2017.

1. Identificação da entidade

Designação da sociedade

A empresa foi constituída em 28 de Fevereiro de 2005 com a denominação Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua 25 de Abril, nº 1 – R/C Esq., 8800-347 Tavira

Natureza da atividade

A 1 de Março de 2005 a Empresa iniciou a sua actividade de gestão, exploração, manutenção e conservação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção construção e gestão de espaços públicos no Concelho de Tavira.

Designação da empresa-mãe

A Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos e é detida em 51% pelo Município de Tavira .

Sede da empresa-mãe

A empresa-mãe tem a sua sede na Praça da República, 8800-951 Tavira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Sistema de Normalização Contabilística

Em 31 de Dezembro de 2017, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo o Sistema de Normalização Contabilista (SNC).

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

- As bases de preparação das demonstrações financeiras constantes dos anexos da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC ;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados na produção, prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método duodécimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizados no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem aos programas informáticos, com contrato de continuidade, e são registados ao custo de aquisição.

Os contratos de manutenção dos referidos ativos são contabilizados em gastos no exercício em que ocorrem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

c) Subsídios ao Investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos tangíveis, estão registados no balanço na rubrica: outras variações no capital próprio.

Mensalmente é calculada e transferida para a conta de outros rendimentos e ganhos do exercício, a quota parte do montante do subsídio através do processo da amortização durante a vida útil do ativo.

d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

i) Passivos por Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos passivos da empresa.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;

- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

ii) Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de imposto sobre o rendimento à taxa de 21 %.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

f) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

A imparidade é determinada com base no critério fiscal tendo em conta a legislação em vigor.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

i) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

ii) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas, em espécie, pelo acionista de direito público, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

iii) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC)

iv) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui resultados transitados apurados de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) anteriores a 2010 e ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

v) Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os passivos por impostos diferidos de acordo com a alínea d) e os subsídios do governo de acordo com a alínea c).

k) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo nominal.

Estão registados os empréstimos bancários e as locações financeiras.

l) Outras Contas a Pagar

As restantes contas a pagar não vencem juros, nem têm implícitos quaisquer juros, pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

n) **Vendas e Prestação de Serviços**

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição, recebida ou a receber, deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

o) **Trabalhos para a Própria Entidade**

Não aplicável.

p) **Fornecimento e Serviços Externos**

São registados em fornecimentos e serviços externos todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

q) **Juros e Gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- o Juros bancários;
- o Juros de financiamentos em locação financeira;

Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

- **Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

r) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e Bancos	2017	2016
Caixa	2 200,00	2 050,00
Depósitos à Ordem	958 387,11	1 064 037,19
	960 587,11	1 066 087,19

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram, durante o ano, alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores, conforme o preceituado na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros.

6. Partes Relacionadas

Relacionamentos com empresas-mãe

a) Nome da empresa-mãe imediata

Município de Tavira

b) Nome da empresa-mãe controladora final

Município de Tavira

Remunerações do pessoal chave da gestão:

- a) Total de remunerações:
- b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados:
- c) Total de benefícios pós-emprego:
- d) Total de outros benefícios de longo prazo:
- e) Total de benefícios por cessação de emprego:
- f) Total de pagamentos com base em ações:

Remunerações dos Órgãos de Gestão	2017	2016
Total de remunerações	107 978,34	96 188,75
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	-	-
Total de benefícios pós-emprego	-	-
Total de outros benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios por cessação de emprego	-	-
Total de pagamentos com base em ações	-	-
Total de remunerações do pessoal chave de gestão	107 978,34	96 188,75

Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Natureza do relacionamento		
Partes Relacionadas	Serviços que prestam/Transações que faz	Serviços que recebem/Transações que recebe
Município Távira	Fornecimento de Águas de Abastecimento, recolha de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos	Assistência Técnica
	Manutenção dos espaços verdes	Taxa Ocupação Lojas do Mercado
	Limpeza das Praias	
	Limpeza Espaços Públicos	
	Limpeza de Fossa	
AGS		Assistência Técnica
		Disponibilização de Serviços SIG
		Apoio para Melhoria da Eficácia e Eficiência na Gestão Operacional
		Micro produção de energia
		Atualização de Base dados de Legislação
		Sistema de Televigilância de EEAR
		Plano de gestão de perdas e energia e Plano de emergência no âmbito da segurança da água e atividades conexas.
		Waterwise/Workwise
		Análises de Águas Residuais
		Serviços de manutenção corretiva, preventiva e condicionada, aplicada aos equipamentos eletromecânicos

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia das transações:

Quantias das Transações				
Partes Relacionadas	Anos	Vendas / Prestação de serviços	Compra de Bens, Serviços e outros	Subsídios à Exploração
Município Távira	2017	285 992,55	272 022,93	1 566 897,73
	2016	281 748,91	247 557,34	1 548 353,76
	2015	278 655,61	209 610,69	1 470 750,03
AGS	2017	0,00	355 858,86	0,00
	2016	0,00	311 136,21	0,00
	2015	0,00	238 453,27	0,00

ii) Quantia dos saldos pendentes:

Saldos Pendentes			
Partes Relacionadas	Anos	Contas a Receber	Contas a Pagar
Município Tavira	2017	159 126,85	448,00
	2016	18 009,16	65 558,37
	2015	151 337,97	41 500,12
AGS	2017	0,00	52 045,85
	2016	0,00	98 862,00
	2015	0,00	63 039,32

iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:

Não existem quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionadas com a quantia de saldos pendentes.

iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

Não existem gastos reconhecidos durante o período respeitantes a dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

7. Ativos Intangíveis

No Ativo Intangível estão registados os programas informáticos com contratos de continuidade.

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) **Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;**

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita, de acordo com o contrato de continuidade do software.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro da alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Ativos Intangíveis											
	01.01.2016	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2016	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2017
Programas de Computadores	168 774,57	44 207,64				212 982,21	68 580,27				281 562,48
Em curso	0,00					0,00					0,00
	168 774,57	44 207,64	0,00	0,00	0,00	212 982,21	68 580,27	0,00	0,00	0,00	281 562,48
Amortizações / Imparidade	162 867,65	13 797,07				176 664,72	26 172,10				202 836,82
	162 867,65	13 797,07	0,00	0,00	0,00	176 664,72	26 172,10	0,00	0,00	0,00	202 836,82
Ativos Intangíveis	5 906,92	30 410,57	0,00	0,00	0,00	36 317,49	42 408,17	0,00	0,00	0,00	78 725,66

Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.

8. Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do ponto 3.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente item.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Ativos Tangíveis											
	01.01.2016	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2016	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2017
Terrenos e Recursos Naturais	287 280,38			0,00		287 280,38	0,00	0,00	0,00	0,00	287 280,38
Edifícios e Outras Construções	12 072 632,61	278 365,99	2 463 676,18	708,62	0,00	14 813 966,16	172 575,65	129 317,76	0,00	71 172,36	15 044 687,21
Equipamento Básico	1 907 738,09	125 345,38	0,00	500,00	2 030,00	2 030 553,47	106 734,29	0,00	434 671,17	0,00	1 702 616,59
Equipamento Transporte	1 471 576,73	212 713,54	0,00	3 500,00	0,00	1 680 790,27	215 065,50	0,00	0,00	0,00	1 895 855,77
Equipamento Administrativo	478 005,44	25 852,05	20 761,70	1 573,60	39 913,59	483 132,00	34 007,46	44 433,28	2 360,40	0,00	559 212,34
Outros Ativos Fixos Tangíveis	280 465,59	66 807,93	0,00	254,46	0,00	347 019,06	15 492,91	0,00	0,00	199,61	362 312,36
Em curso	2 728 163,12	226 624,64	-2 496 474,65	0,00	0,00	458 313,11	404 282,28	-173 751,04	0,00	0,00	688 844,35
	19 225 861,96	935 709,53	-12 036,77	6 536,68	41 943,59	20 101 054,45	948 158,09	0,00	437 031,57	71 371,97	20 540 809,00
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	2 610 382,50	322 668,33	-36,05	152,38	0,00	2 932 862,40	339 154,87	0,00	0,00	27 627,77	3 244 389,50
Equipamento Básico	1 330 914,65	85 766,17	-48,77	500,00	2 030,00	1 414 102,05	84 162,25	0,00	434 671,17	0,00	1 063 593,13
Equipamento Transporte	1 274 522,08	45 881,94	-1,10	3 500,00	0,00	1 316 902,92	60 893,91	0,00	0,00	0,00	1 377 796,83
Equipamento Administrativo	374 043,33	19 411,18	-2,17	1 573,60	39 913,59	351 965,15	27 952,48	0,00	2 360,40	0,00	377 557,23
Outros Ativos Fixos Tangíveis	168 618,07	17 327,14	0,00	254,46	0,00	185 690,75	18 315,45	0,00	0,00	189,22	203 816,98
	5 758 480,63	491 054,76	-88,09	5 980,44	41 943,59	6 201 523,27	530 478,96	0,00	437 031,57	27 816,99	6 267 153,67
Ativos tangíveis	13 467 381,33	444 654,77	-11 948,68	556,24	0,00	13 899 531,18	417 679,13	0,00	0,00	43 554,98	14 273 655,33

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Existem dois ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

- Prédio Urbano sob o artigo 4912 no valor de 201.400 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo na C. C. Agrícola;
- Prédio urbano sob o artigo 3167 no valor de 280.000 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo no Banco Comercial Português.

Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

As depreciações não foram incluídas como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

9. Locações

Locações financeiras — locatários:

A Taviraverde, à data de 31 de Dezembro de 2017, contabiliza 2 contratos de locação financeira. Estes contratos encontram-se registados no balanço, como ativos tangíveis em contrapartida de financiamentos obtidos, pelo valor do bem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os juros são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica Gastos e Perdas Financeiras.

- a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo**
- b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente**

- c) **Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos**
- Não mais de um ano;
 - Mais de um ano e não mais de cinco anos;
 - Mais do que cinco anos
- d) **Rendas contingentes reconhecidas no resultado do período**
- e) **Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte**
- Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar
 - Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento
 - Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação

Locação Financeira											
Contratos	Bens	Data do contrato	Prazo Contrato	Tipo Investimento	valor bem	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico	Valor em dívida	Rendas Pagas 2017	Opção de Compra	Base de cálculo das rendas
Millennium - CLF nº 400075474	Contentores Enterrados	01/04/2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	36223	12453	23770	3158	4238	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400079507	Contentores Enterrados	19/06/2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	27780	9184	18596	3212	3211	Sim	Taxa Juro Nominal
					64 002,74	21 636,92	42 365,82	6 369,61	7 448,88		

10. Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se descrita na alínea k) do ponto 3.

Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Durante o período não foram capitalizados custos dos empréstimos.

11. Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respectivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do ponto 3.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Quantia Total de Inventários		
Inventários	2017	2016
Mercadorias	360,00	360,00
Matérias Primas	139 302,62	139 980,17
	139 662,62	140 340,17

Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/ negociantes)

Não aplicável

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Quantia de Inventários reconhecida como Gasto			
	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Existências em 01-01-2016	0,00	141 459,30	141 459,30
Compras	1 064 990,27	183 286,53	1 248 276,80
Regularização Existências	69 528,43	-40 033,13	29 495,30
Existências em 31-12-2016	360,00	139 980,17	140 340,17
Gasto do Exercício	1 134 158,70	144 732,53	1 278 891,23
Existências em 01-01-2017	360,00	139 980,17	140 340,17
Compras	1 362 051,16	217 658,11	1 579 709,27
Regularização Existências	-172 179,20	-48 084,14	-220 263,34
Existências em 31-12-2017	360,00	139 302,62	139 662,62
Gasto do Exercício	1 189 871,96	170 251,52	1 360 123,48

12. Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do ponto 3.1.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda de bens

Venda de Bens		
	2017	2016
Venda de água	2 508 879,74	2 316 133,21
	2 508 879,74	2 316 133,21

b) Prestação de serviços

Prestação de Serviços		
	2017	2016
Agua de Abastecimento	1 267 818,35	1 196 285,71
Agua Residuais	2 692 824,34	2 509 314,39
Recolha de Resíduos e Limpeza	3 017 296,27	2 724 666,29
	6 977 938,96	6 430 266,39

c) Juros

Juros		
	2017	2016
Juros Cobrança Fora de prazo	4 468,46	1 917,25
	4 468,46	1 917,25

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Divulgações para cada classe de previsão:

a) **Quantia escriturada no começo e no fim do período:**

Provisões				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para processos judiciais em curso	788 025,09	582 981,41	-	1 371 006,50
	788 025,09	582 981,41	0,00	1 371 006,50

Os valores provisionados referem-se ao contencioso existente com a entidade Águas do Algarve, relativo ao pagamento de Valores Mínimos Garantidos no âmbito do Contrato de Recolha de Saneamento.

Em 2017 foi proferida sentença na qual o Tribunal veio a condenar a Taviraverde ao pagamento do valor de 1.332 mil euros, valor que se encontra totalmente provisionado, ainda que a referida condenação se encontre suspensa por efeito de recurso interposto pela Autora Águas do Algarve.

Relativamente ao processo nº 126/14.2BELLE foi proferida decisão a favor da Taviraverde com o Tribunal a considerar prescrita a dívida. Houve entretanto interposição de recurso pela autora Águas do Algarve. De acordo com o entender do Departamento jurídico da Taviraverde, existem fraca probabilidade de sucesso quanto a este recurso pelo que entendeu-se constituir apenas uma provisão de 39 mil euros, por mera prudência.



14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

As políticas contabilísticas adotadas para os subsídios do governo encontram-se descritos na alínea c) do ponto 3.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecido nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Subsídios à exploração atribuídos pelo Município de Tavira, no âmbito dos contratos de gestão de limpeza de praias e contrato programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira:

Contratos Programa		
	2017	2016
Espaços Verdes e Lagos	1 322 579,79	1 266 300,00
Limpeza de Praias	244 317,94	282 053,76
	1 566 897,73	1 548 353,76

- Subsídios à exploração para a área dos recursos humanos conforme quadro abaixo:

Estágios, Estímulos à Contratação e Formação		
	2017	2016
Instituto de Emprego e Formação Profissional	6 231,37	12 530,65
POPH	1 253,29	0,00
	7 484,66	12 530,65

15. Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

- a) **Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.**

As demonstrações financeiras foram aprovadas a 23 Janeiro de 2018 pelo Conselho de Administração da empresa.

- b) **Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.**

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- Natureza do acontecimento;
- Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

16. Imposto sobre o rendimento

Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes		
	2017	2016
IRC do ano	- 134 021,21	- 287 587,05
	-134 021,21	-287 587,05

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável (eis) é (são) calculada (s);ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes			
	Base de Imposto		Taxa de Imposto
	2017	2016	2017
Resultado antes de impostos	649 860,39	1 149 325,53	
<u>Variações patrimoniais</u>			
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
	136 470,68 €	241 358,36 €	21,00%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais			
IRC		36 838,37 €	
Multas, coimas, juros compensatórios	76,25 €	28 992,55 €	
Correções Relativas a exercícios anteriores	11 763,73 €	62 991,24 €	
Menos-valias contabilísticas	43 290,98 €		
Outros	0,00 €	536,24 €	
	55 130,96 €	129 358,40 €	8,48%
<u>Proveitos não tributáveis</u>			
Mais-valias contabilísticas	108 110,63 €	2 799,09 €	
Redução de provisões tributadas	4 078,30 €	0,00 €	
Excesso da estimativa para impostos	60 393,28 €	5 029,00 €	
	172 582,21 €	7 828,09 €	26,56%
Lucro tributável	532 409,14 €	1 270 855,84 €	
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
Imposto calculado	111 805,92 €	266 879,73 €	17,20%
Derrama	0,00 €	0,00 €	0,0%
Tributação autónoma	22 215,29 €	20 707,32 €	3,4%
Imposto sobre o rendimento	134 021,21 €	287 587,05 €	20,62%

Explicação de alterações na taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Ao IRC não foi acrescida Derrama pelo facto do Município de Tavira, em 2017, não ter fixado qualquer taxa de derrama.

17. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do ponto 3:

- ✓ Alínea f) – Clientes
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros		
	2017	2016
Clientes	688 214,72	480 399,40
Caixa e depósitos bancários	960 587,11	1 066 087,19
	1 648 801,83	1 546 486,59

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Handwritten signature: A. B.

Clientes		
Clientes	2016	2015
Clientes gerais	765 064,60	698 983,30
Estado	19 389,37	13 864,47
Clientes Caução	-276 566,44	-259 639,65
Clientes por acréscimo	-721,62	0,00
Clientes partes relacionadas Acionista Público	159 126,85	18 009,16
Clientes em imparidade	247 018,51	229 685,38
Clientes perdas imparidade acumuladas	-225 096,55	-220 503,26
	688 214,72	480 399,40

Handwritten mark: A

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

Imparidades				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber	220 503,26	23 349,85	18 756,56	225 096,55
	220 503,26	23 349,85	18 756,56	225 096,55

b) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo

Não aplicável

c) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade

Não aplicável

d) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados

Não aplicável

e) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros		
	2017	2016
Financiamento Obtidos	6 184 652,72	5 615 272,79
Outras contas a pagar	274 671,57	292 307,48
Passivos não correntes	6 459 324,29	5 907 580,27
Financiamento Obtidos	1 059 376,76	750 000,00
Fornecedores	1 270 189,88	1 487 888,92
Outras contas a pagar	1 614 024,16	1 581 879,77
Passivos correntes	3 943 590,80	3 819 768,69
	10 402 915,09	9 727 348,96

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Detalhe dos Financiamentos		
	2017	2016
Não correntes		
Empréstimo Bancário BCP	4 000 000,00	4 000 000,00
Condições	Euribor 6m+2,25%	Euribor 6m+2,25%
Empréstimo Bancário CA	128 802,87	139 362,19
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário NB	1 000 000,00	
Condições	Euribor 12m+2,25%	
Empréstimo Bancário BP	1 283 857,00	
Condições	Euribor 12m+2,25%	
locações Financeiras	6 369,61	54 504,08
Condições	Euribor 1m+0,8%	Euribor 1m+0,8%
Correntes		
Empréstimo Bancário BIC	825 000,00	750 000,00
Condições	Euribor 3m+2%	Euribor 3m+2%
Empréstimo Bancário BES	0,00	0,00
Condições	Euribor 3m+6,5%	Euribor 3m+6,5%

- f) **Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada**

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento		
	2016	2016
Juros obtidos	0,00	0,00
Juros de mora	4 468,46	1 917,25
Outros	0,00	0,41
Ganhos	4 468,46	1 917,66
Juros de financiamento obtidos	-142 965,64	-108 197,27
Juros de derivados financeiros	0,00	0,00
Juros de mora	-0,09	-28 252,55
Comissões e despesas com financiamento	-3 049,45	-33 260,73
Outros	-1,16	-0,02
Perdas	-146 016,34	-169 710,57

Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 17.

Instrumentos de capital próprio:

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 50.000€ e encontra-se totalmente realizado.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 10.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço

Não foram emitidos outros instrumentos de capital no período.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objetivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respetivo impacto financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria

Honorários		
	2017	2016
Honorários pela Revisão Legal de Contas	8 759,28	7 500,00
	8 759,28	7 500,00

19. Outras informações

Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

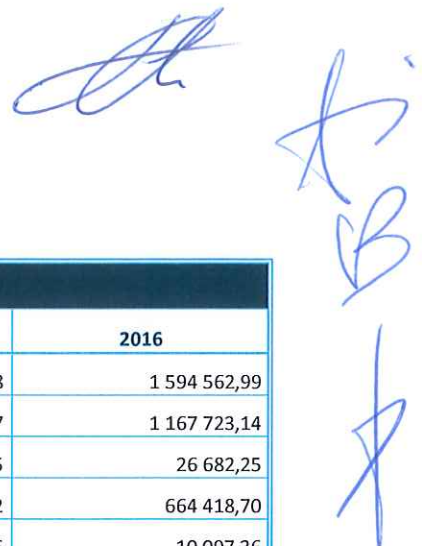
Estado e Outros entes Públicos		
	2017	2016
Impostos sobre Rendimento Coletivo	196 163,37	108 947,93
Imposto sobre Valor Acrescentado	16 225,68	29 421,11
Taxa de Recursos Hídricos e Gestão RSU	0,00	0,00
Saldos a Receber	212 389,05	138 369,04
Impostos sobre Rendimento Coletivo	-134 021,21	-287 587,05
Retenção Imposto sobre Rendimento	-21 771,25	-18 233,08
Imposto sobre Valor Acrescentado	-10 717,24	0,00
Imposto de Selo	0,00	0,00
Segurança Social	-73 213,54	-64 510,77
Saldos a Pagar	-239 723,24	-370 330,90

Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer descreve-se da seguinte forma:

Diferimentos		
	2017	2016
Seguros	190 040,67	175 951,69
Manutenção e Assistência	29 267,21	9 797,84
Stocks	23 387,93	22 086,28
Outros	583,64	424,97
Diferimentos Ativos	243 279,45	208 260,78
Subsídios à Exploração - POPH	0,00	9 987,65
Subsídios à Exploração - UrbanWater	0,00	27 089,24
Subsídios à Exploração - IEFP	14 864,16	0,00
Diferimentos Passivos	14 864,16	37 076,89

Fornecimentos e Serviços Externos



Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos		
	2017	2016
Subcontratos	1 727 274,98	1 594 562,99
Trabalhos Especializados	1 300 410,17	1 167 723,14
Materiais	34 899,95	26 682,25
Energia e Fluidos	732 086,42	664 418,70
Deslocações Estadas e Transporte	13 531,86	10 097,36
Serviços Diversos	445 976,52	429 370,33
	4 254 179,90	3 892 854,77

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos		
	2017	2016
Rendimentos Suplementares	6 369,56	6 844,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	261,16	0,00
Rendimentos e Ganhos em investimentos	4 078,30	5 029,00
Outros Rendimentos e Ganhos	264 197,55	97 577,78
	274 906,57	109 451,08

Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas		
	2017	2016
Impostos	33 543,27	55 509,75
Gastos e perdas em investimentos	43 290,98	0,00
Outros	86 126,92	158 753,74
	162 961,17	214 263,49

Resultados

A Tavraverde EM, realizou no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2017, um resultado líquido de 515.839,18€.

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe para distribuição de dividendos aos acionistas os resultados líquidos do exercício de 2017 e parte dos lucros de exercícios anteriores (484.160,82€), que totalizam 1.000.000,00€.

Tavira, 07 de março de 2018

O Técnico de Contas:



Cecília Maria Mendonça Barros

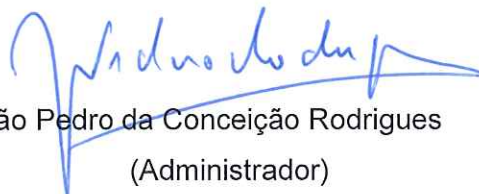
O Conselho de Administração



Jaime Luís Fernandes Costa
(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)



João Pedro da Conceição Rodrigues
(Administrador)

RELATÓRIO E PARECER DO
FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 16.638.722 euros e um total de capital próprio de 4.610.213 euros, incluindo um resultado líquido de 515.839 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

IP



- avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificamos incorreções materiais.

Faro, 22 de março de 2018

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração de **Tavirverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas, das Alterações no Capital Próprio, os Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, sem reservas nem ênfases.

2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2017, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Faro, 22 de março de 2018

O Fiscal Único
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda^o

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por :
(João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587)

